

CAPÍTULO 6
A DISPUTA NO SEIO DO GOVERNO DOS EUA
(11 DE MARÇO - AGOSTO DE 1975)

1.Linhas de acção para Portugal

Dada a crescente preocupação com a evolução da revolução portuguesa, logo a seguir a 11 de Março o Secretário de Estado norte-americano pediu ao seu conselheiro mais próximo, Helmut Sonnenfeldt, para elaborar um memorando secreto contendo uma análise da situação em Portugal e as possíveis «linhas de acção» por parte dos EUA.

Trata-se de um documento inédito e da maior importância pois revela-nos não só o profundo pessimismo instalado em Washington, como o subsequente endurecimento da política preconizada por Henry Kissinger, contemplando agora desde a hipótese de impor sanções económicas a Lisboa, até à sua exclusão da NATO e mesmo, num extremo, a probabilidade de uma acção concertada com a Espanha.

O documento começava por analisar a situação interna após a tentativa falhada de golpe militar dizendo que «Portugal deslocou-se bruscamente em direcção a uma ditadura militar de esquerda», tendo o 11 de Março produzido a «remoção do travão moderado nos “esquerdistas” do Movimento das Forças Armadas e a colocação de sérios obstáculos, se não mesmo intransponíveis, no caminho do ressurgimento de um MFA maioritariamente moderado»; além disso, o choque militar «fortaleceu a liderança do “Movimento”, especialmente do Primeiro-Ministro Gonçalves e do General [Otel Saraiva de] Carvalho que têm uma marcada suspeição em relação aos Estados Unidos, uma inclinação para as causas do Terceiro Mundo e uma pronunciada tendência “esquerdistas”».

De resto, a ascensão daqueles que eram considerados em Washington como os «líderes “esquerdistas” do MFA» era motivo de especial preocupação, muito em particular a «criação de um aparentemente todo poderoso Conselho Superior da Revolução» que parecia ter «uma decisiva coloração “esquerdistas”, com a representação moderada limitada a Costa Gomes»; mas mesmo este último era agora questionado, nomeadamente a sua «habilidade para recuperar e liderar os moderados».

Outra inquietação primordial residia na questão das eleições e a este respeito pensava-se que, não obstante o Conselho da Revolução ter «reafirmado o compromisso

do MFA de realizar o sufrágio para a Assembleia Constituinte a 12 de Abril», os resultados, «embora não irrelevantes para os desenvolvimentos futuros», eram «menos significativos do que o desejado porque os líderes do Movimento das Forças Armadas tornaram ainda mais clara a pretensão de governar o País qualquer que fosse o resultado».

Para reforçar esta preocupação, acreditava-se que a «cena político-partidária» estava «em desordem» com os «partidos moderados intimidados». Sobre a coligação entre o CDS e o PDC, considerada «importante e potencialmente poderosa», dizia-se que esta «podia ser banida pelo MFA» e encontrava-se «debaixo de um forte ataque da esquerda por alegada cumplicidade na tentativa de golpe». Já quanto ao PPD, este podia tornar-se no «único partido permitido à direita dos socialistas» e, logo, sujeito «a uma ainda maior perseguição do que no passado». Relativamente aos socialistas, as informações existentes apontavam para que estavam «alarmados e tentados a estabelecer um *modus vivendi* com os comunistas», ainda que «os relatos apontassem para que isso não incluísse a apresentação de um candidatura conjunta às eleições». Do que não restavam dúvidas era que o PCP, bem como o MDP/CDE, tinham sido os grandes beneficiados com o fracasso do 11 de Março pois não só «tiraram particular satisfação da reacção do MFA à tentativa de golpe», como podiam «intensificar os seus esforços para se identificarem, o mais próximo possível, com o Movimento das Forças Armadas e procurar convencer os seus líderes que a cooperação dos comunistas era essencial para a implementação do programa do “Movimento”».

No plano da política externa, apesar de se registar que «o Conselho da Revolução reafirmou a determinação do Governo em cumprir as obrigações e acordos internacionais de Portugal», acreditava-se que «as ligações de Portugal à NATO e a presença dos EUA nos Açores iam muito provavelmente ser postas em causa».

Em matéria económica, referia-se que «os maiores bancos e seguradoras de Portugal tinham sido nacionalizados» e que «estas medidas eram exigidas pelo comunistas há já algum tempo».

Em seguida, procurava-se prever a possível evolução da situação política em Portugal, considerando que esta podia seguir três vias. A primeira consistia na recuperação política dos moderados, com a subsequente manutenção da orientação externa de Portugal ainda que com uma «política interna fortemente socialista». A segunda hipótese residia na consolidação completa da posição dos «“esquerdistas” do MFA» e no estabelecimento de «um regime militar radical, nacionalista e não

comunista, ainda que com o provável apoio destes, à semelhança dos regimes do Peru ou Líbia e com uma tendência em direcção ao não-alinhamento». Finalmente, a terceira via era a de um «Portugal sob a crescente influência dos comunistas» e deslocando-se «em direcção a um regime comunista orientado para o bloco soviético»

O primeiro cenário era o mais optimista, mas «as suas chances foram reduzidas durante a última semana». Já em relação às outras duas hipóteses muito ia depender «da relação entre o grupo militar dominante e os comunistas», por um lado, e «das relações entre o PCP e a União Soviética», por outro, sendo estas últimas consideradas «tutelares e de apoio» e não de «controlo directo». Aliás, curiosamente, pensava-se que Cunhal estava «provavelmente desconfortável com a velocidade com que os oficiais “esquerdistas” do movimento agiam para derrubar a ordem social e económica».

O memorando abordava em seguida aquelas que eram consideradas do ponto de vista do Departamento de Estado as três questões primordiais: a relação de Portugal com a NATO, a Espanha e os Açores.

Quanto à primeira questão, não era seguro que Lisboa respeitasse os seus acordos e tratados internacionais pois «alguns líderes do MFA disseram que o não-alinhamento devia ser o futuro caminho de Portugal», podendo por isso «procurar alterar os laços com a NATO e com os EUA». Por esta razão, equacionava-se mesmo a hipótese de «impor medidas de quarentena» ao País e considerava-se a necessidade de «usar de forte persuasão junto dos maiores aliados» para impor esta solução uma vez que muitos europeus pensavam que «este tipo de medidas podia produzir o pior resultado possível em Portugal».

No futuro relacionamento de Lisboa com a NATO havia logicamente duas possibilidades a equacionar: ou o País saía da NATO ou permanecia na Organização de Defesa do Ocidente. Curiosamente, a primeira hipótese parecia preocupar menos Washington pois considerava-se que «os danos para os interesses militares da NATO em Portugal continental eram toleráveis», residindo apenas «a única grande implicação na eventual necessidade do uso dos Açores». Mas se «um Portugal radical» permanecesse na Organização – quer participasse nas suas actividades ou ficasse apenas com funções políticas – isso podia «colocar um problema sem precedentes para a Aliança», com «sérias implicações ao nível da sua segurança», mesmo no caso de o País ser «colocado de “quarentena” nas actividades militares». O maior receio residia na hipótese da permanência de Lisboa na NATO com a exigência de manutenção do seu estatuto, ou seja, recusando a exclusão das actividades militares da organização;

sobre este cenário o autor do memorando escrevia: «Este caso pode colocar sérias dificuldades. Com a participação de um ministro comunista no Governo português, a NATO, por iniciativa dos Estados Unidos, reagiu privando Portugal do acesso às matérias nuclear. Com um Portugal mais radical, procurando permanecer como um membro com plenos direitos, a NATO vai provavelmente reagir ao longo do tempo procurando ir mais longe na ostracização do papel português. Lisboa pode ser excluída de um exercício de planeamento ou das actividades de *intelligence*. Em qualquer caso, os aliados vão ser confrontados com a perspectiva de terem de julgar a participação de um membro nas actividades da NATO pela sua política interna. Este será um novo e desconfortável papel para os aliados, pode dividi-los e sujeitar a Aliança a críticas».

Em relação a Espanha, apesar de se dar como certo que «a continuação da instabilidade em Portugal» aumentava «o potencial de tensão entre os dois governos», acreditava-se que o executivo espanhol ia «manter a sua política de relações correctas com Lisboa», evitando acções que podiam sugerir «uma intervenção espanhola». Porém, não se excluía totalmente o cenário de «um envolvimento espanhol nas actividades relacionadas com Portugal», o que podia ser «embaraçoso para os Estados Unidos e outros aliados». Num extremo, equacionava-se mesmo o caso de «uma acção militar espanhola oficial contra Portugal», o que colocava o sério problema «suscitado pelo artigo V do Tratado do Atlântico Norte, segundo o qual um ataque contra um membro é considerado um ataque contra todos».

Finalmente, sobre a terceira questão considerada primordial – os Açores –, ainda que sem concretizar o documento recomendava que os EUA «se concentrassem nas diferentes alternativas existentes no relacionamento dos Açores com Portugal Metropolitano mais compatíveis com os interesses norte-americano». A este respeito, e sintomaticamente, acrescentava-se que «apesar dos comentário dos partidos açorianos» havia «poucas possibilidades de um movimento independentista ter sucesso» e desaconselhava-se que Washington encorajasse esse tipo de grupos, devendo «qualquer plano para os Açores ser tratado directamente com o regime de Lisboa».

No plano das hipóteses de actuação por parte de Portugal relativamente ao acordo de utilização da base das Lajes, embora não se excluísse que Lisboa optasse apenas por adiar as negociações, consideravam-se também dois outros cenários: «Portugal reatar as negociações em breve adoptando uma posição muito dura, recusando o uso da base para acções no Médio Oriente; Portugal decidir pôr termo às negociações e pedir aos EUA para saírem». Fosse qual fosse a atitude do Governo

português, aconselhava-se a Administração norte-americana a «analisar rapidamente o valor da Base das Lajes e decidir se algumas das suas operações podiam ser transferidas para outra base se isso fosse requerido».

A última parte deste importante documento era consagrada aos objectivos dos Estados Unidos e às possíveis linhas de acção para Portugal consoante a evolução dos acontecimentos.

Quanto ao principal objectivo ele era claro: «fortalecer as forças centristas que ainda restam». Mas se esse esforço falhasse, preconizava-se a adopção de medidas que permitissem «no mínimo limitar os danos, no máximo reverter o que foi feito» dentro de um quadro alargado de opções distintas no seu sentido e alcance pois dependiam da evolução da situação portuguesa: «pressão diplomática; mais assistência económica para ajudar os portugueses a lidar com os crescentes problemas que as suas próprias políticas vão provavelmente criar; sanções destinadas a enfraquecer ainda mais a economia portuguesa (melhor aplicadas em concertação com os principais aliados europeus ocidentais); mobilização da opinião internacional contra o abandono por Portugal do caminho da democracia; ajuda militar e, talvez, um papel mais avançado na NATO de modo a fortalecer os laços dos militares portugueses com o Ocidente; restringir a participação de Portugal na NATO mesmo se Lisboa desejar mantê-la».

Todavia, estas medidas eram meras hipóteses a serem consideradas para o futuro e de acordo com o pulsar da revolução portuguesa; no imediato, recomendavam-se algumas linhas de acção relativamente moderadas, tais como: «A)Instruir Carlucci para expressar a Costa Gomes, em termos duros, a nossa preocupação com os desenvolvimentos e particularmente com a possibilidade de as eleições portuguesas excluïrem os principais elementos do centro; B)Pedir ao Reino Unido, à RFA, à França, à Itália, à Holanda e à Bélgica que enviem mensagens semelhantes; C)Colocar ao Reino Unido, à RFA e à França a questão de se iniciar um processo de consultas ao mais alto nível sobre Portugal, com o objectivo de: discutir várias alternativas e implicações do papel de Portugal na NATO; estabelecer um mais ou menos comum conjunto de perspectivas entre as principais potências ocidentais e desenvolver as vias pelas quais estas podem ser transmitidas a Portugal de modo a ter a maior influência; D)Autorizar o Embaixador [David] Bruce para dar início a discussões informais no seio da NATO com o Reino Unido, a RFA e a França; E)Encorajar os líderes socialistas europeus, incluindo até os suecos, a usar os seus bons ofícios para aconselhar moderação em Lisboa e alertar para as consequências em caso contrário; F)Deixar claro aos soviéticos,

brevemente e a alto nível, que devem abster-se de se envolverem em Portugal;
G)Iniciar estudos entre agências sobre os Açores, incluindo alternativas militares;
H)Iniciar imediatamente consultas com líderes-chave do Congresso para informá-los da situação portuguesa e estimular declarações públicas de preocupação».

Caso todas estas medidas falhassem e se a deriva à esquerda em Portugal continuasse independentemente do que os Estados Unidos fizessem entretanto, equacionavam-se três medidas extrema preferenciais: «Sanções económicas (quer unilateralmente, quer através de medidas tomadas com os aliados); Pôr termo ao papel activo de Portugal na NATO; Uma acção concertada com a Espanha.¹

Apesar deste memorando constituir essencialmente um estudo prospectivo e existirem muitos trabalhos desta natureza na complexa burocracia dos organismos governamentais norte-americanos que nunca chegam a transformar-se numa verdadeira política, ele merece uma atenção especial uma vez que permite um conjunto de conclusões importantes que estão para além do facto de as suas recomendações chegarem ou não a ser aprovadas. Em primeiro lugar, ele confirma o que temos vindo a afirmar acerca do profundo pessimismo instalado em Washington a seguir ao 11 de Março chegando a afirmar que «Portugal deslocou-se bruscamente em direcção a uma ditadura militar de esquerda», podendo mesmo este regime dominado pelas Forças Armadas, sob a crescente influência do PCP, mover-se «em direcção a um regime comunista orientado para o bloco soviético». Em segundo lugar, ele demonstra a crescente dureza da política preconizada para o País, admitindo desde logo a imposição de «medidas de “quarentena”» a Lisboa e, num extremo, sanções económicas, a exclusão da NATO ou «uma acção concertada com a Espanha». Em terceiro lugar, ele revela que a primeira linha de preocupação vai para os efeitos da revolução portuguesa ao nível da Aliança Atlântica, sobretudo no caso da permanência de «um Portugal radical» na Organização, o que é entendido como «um problema sem precedentes» com «sérias implicações ao nível da segurança» da NATO. Em quarto lugar, ele demonstra que o Governo dos EUA está apostado numa maior cooperação com os aliados europeus ocidentais, muito em especial com a RFA, o Reino Unido e a França, de molde a «estabelecer um mais ou menos comum conjunto de perspectivas entre as principais potências ocidentais e desenvolver as vias pelas quais estas podem ser transmitidas a Portugal de forma a ter a maior influência». Em quinto lugar, ele revela

¹«Memorandum from Sonnenfeldt to the Secretary. Portugal: Courses of Action», s.d, FOIA

que Washington pretende agir diplomaticamente junto da URSS, «brevemente e a alto nível», deixando claro que Moscovo deve «abster-se de se envolver em Portugal». Finalmente, ele demonstra um crescente pessimismo em relação às negociações sobre os Açores ao ponto de aconselhar a Administração Ford a «analisar rapidamente o valor da Base das Lajes e decidir se algumas das sua operações pode ser transferida para outra base».

Cumpre sublinhar uma vez mais que este estudo não se destinava a produzir imediatamente resultados, mas antes a antecipar um conjunto de linhas de acção possíveis para o caso da situação em Portugal atingir um ponto intolerável para os interesses norte-americanos. E as informações recebidas pouco tempo depois não eram tranquilizadoras: a 26 de Março tomou posse o IV Governo Provisório com uma composição que denunciava novamente a ascensão de Vasco Gonçalves e da esquerda revolucionária.

Na realidade, a característica mais saliente deste novo executivo era o maior controlo exercido pelos “gonçalvistas” que não só garantiam a maioria dos ministros militares como reforçavam o número de elementos civis próximos do Primeiro-Ministro. Também o PCP saía vitorioso ao ampliar a sua representação directa para duas pastas e ao ver o seu “satélite” MDP/CDE reentrar para o Governo e logo com dois lugares-chave. Já o PS perdia influência ao ficar reduzido a dois ministérios, sendo ainda Mário Soares afastado dos Negócios Estrangeiros. Finalmente, saiam do executivo vários elementos moderados como Vítor Alves, Costa Brás, Rui Vilar e Maria de Lurdes Pintasilgo.

No discurso de tomada de posse, Vasco Gonçalves não deixou dúvidas quanto ao caminho que ia ser seguido pelo IV Governo Provisório e este era o preconizado pelo Partido Comunista; de entre as medidas imediatas a implementar constavam a reestruturação da banca nacionalizada, a organização das empresas privadas controladas pelos Estado e o prosseguimento da nacionalização dos sectores básicos da economia.²

²Vasco Gonçalves, *Discursos...*, ob. cit., pp.185-88

Quadro 4

IV Governo Provisório

(26/3/75 – 8/8/75)

Primeiro-Ministro	Ministro da Defesa Nacional
Vasco Gonçalves (Militar)	Silvano Ribeiro (militar)
Ministros sem Pasta	Ministro da Coordenação Interterritorial
Álvaro Cunhal (PCP)	António de Almeida Santos (ind.)
Pereira de Moura (MDP/CDE)	Ministro da Comunicação Social
Mário Lopes Soares (PS)	Jorge Correia Jesuino (Militar)
Joaquim Magalhães Mota (PPD)	Ministro do Equipamento Social e Ambiente
Negócios Estrangeiros	José Augusto Fernandes (Militar)
Ernesto Melo Antunes (Militar)	Ministro da Agricultura e Pescas
Ministro da Justiça	Fernando Oliveira Batista (ind.)
Francisco Salgado Zenha (PS)	Ministro dos Transportes e Comunicações
Ministro da Coordenação Económica	Álvaro Veiga de Oliveira (PCP)
Mário Murteira (ind.)	Ministro da Educação
Ministro das Finanças	José Emílio da Silva (militar)
José Joaquim Fragoso (MDP/CDE)	Ministro do Trabalho
Ministro do Comércio Externo	José da Costa Martins (Militar)
José Silva Lopes (ind.)	Ministro dos Assuntos Sociais
Ministro da Indústria	Jorge Sá Borges (PPD)
João Cravinho (ex-MES)	
Ministro da Administração Interna	
Arnão Metello (Militar)	

Quatro dias antes de tomada de posse do IV Governo Provisório, Carlucci avisou Washington que o novo executivo ia «ter quase de certeza uma maioria de esquerda» e que esta ia «apoiar o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves» cuja posição política era «substancialmente à esquerda dos seus colegas e com tendência para estar próximo da linha do MDP». O Embaixador informou ainda o seu governo que vários anteriores ministros «do campo moderado» iam ser excluídos, tais como «Costa Brás, Vítor Alves, Maria de Lurdes Pintasilgo, Silva Lopes e Rui Vilar» e que Salgado Zenha só permanecia porque «o PS ameaçou sair em grupo caso Zenha fosse excluído»; Já Mário Soares ia ser substituído nos Negócios Estrangeiros por Melo Antunes, sendo que este último era «anteriormente considerado um “esquerdista radical” e agora uma espécie de moderado». Mas apesar destas más notícias acerca da viragem à esquerda do

Governo Provisório, o diplomata acreditava que este ia «adiar mais medidas radicais de forma a consolidar e digerir o controlo efectivo da economia representado pela nacionalização dos bancos».³

Para agravar, pela mesma ocasião, Helmut Schmidt telefonou a Gerald Ford para o informar que «estava extremamente preocupado com o curso dos acontecimentos em Portugal» pois «tinha ouvido que estava iminente uma remodelação governamental e que iam ser dados postos-chave a vários comunistas, incluindo o ministério do interior».⁴

Estas notícias preocupantes provocaram uma rápida e dura reacção da Administração norte-americana. Assim, no próprio dia 26 de Março, Henry Kissinger aproveitou uma conferência de imprensa para denunciar que «o Movimento das Forças Armadas» era «substancialmente dominado por oficiais de esquerda» e tinha nomeado um novo governo no seio do qual «os comunistas e os seus aliados dominavam muitos dos principais ministérios», avisando ainda que essa era uma evolução que suscitava «questões nos Estados Unidos quanto à sua orientação para a NATO e para Portugal».⁵

Ao mesmo tempo que prevenia publicamente Lisboa quanto às consequências da deriva comunista, o Secretário de Estado enviava uma carta pessoal a Costa Gomes dizendo-lhe que «os Estados Unidos estavam em contacto com os seus aliados da NATO para uma análise conjunta da situação portuguesa», o que em linguagem diplomática significava que a posição do País no seio da Aliança Atlântica podia ser revista.⁶

De resto, por esta ocasião, Henry Kissinger começou a insistir na necessidade de Portugal ser excluído da NATO. Isso mesmo foi defendido de modo inequívoco pelo Secretário de Estado durante a conversa que manteve com o Presidente Ford na manhã de 27 de Março em que um dos assuntos abordados foi o encontro dos dois dirigentes norte-americanos com Willy Brandt, agendado para esse mesmo dia e dominado pelos acontecimentos portugueses. Segundo as informações recebidas em Washington, Brandt ia insistir na visão europeia para Lisboa – garantir a realização de eleições livres e justas e impedir uma tomada de poder pelos comunistas –, sendo que, na sua opinião, para isso «os portugueses precisavam de algum dinheiro». Comentado esta posição do

³«Lisbon, 1631, March 22, 1975», FOIA

⁴«Outgoing Telegram, 064668, March 21, 1975», GFL, PCF, Caixa 11

⁵*Department of State Bulletin*, Vol. LXXII, nº 1868, April 14, 1975, p.468

⁶*Portugal in Transition, a Report by Senator Mike Mansfield*, US Senate, 94th Congress, 1st Session, September 1975, Washington DC, Government Printing Office, 1975, p.780 p.11

político alemão federal, Kissinger afirmou que os EUA deviam estar disponíveis para conceder financiamento às forças portuguesas moderadas, podendo disponibilizar imediatamente «100 mil dólares através da *Ava Foundation*», porém, acrescentou que se podia ter «as duas coisas» - eleições e impedir a tomada de poder pelos comunistas – e «perder à mesma o País» pois o PCP ia «governar através do MFA». Para ele a questão primordial era outra e consistia em definir o que os Estados Unidos deviam fazer «se um Governo deste tipo quisesse ficar na NATO» com inevitáveis «consequências em Itália e na França»; e a sua resposta era clara: - «Provavelmente temos que “atacar” Portugal qualquer que seja o resultado final e expulsá-lo da NATO».⁷

Foi justamente esta linha dura que os dirigentes norte-americanos defenderam durante a conversa com Willy Brandt. No memorando elaborado pelo Secretário de Estado para Gerald Ford destinado justamente a preparar o encontro com o líder socialista alemão podia ler-se na parte consagrada aos assuntos a abordar: «1.Estamos muito preocupados com a viragem para a extrema-esquerda da política portuguesa; 2.A futura participação de Portugal na NATO é uma matéria de séria preocupação. Não podemos aceitar a participação de um Governo controlado pelos comunistas nas deliberações estratégicas e políticas da Aliança; 3.É igualmente difícil pôr muita esperança nas eleições de 25 de Abril tendo em consideração que o Partido Democrata Cristão foi banido, as restantes forças estão a ser intimidadas e os militares deixaram claro que o verdadeiro poder reside no Movimento das Forças Armadas e no Conselho da Revolução; 4.A remodelação no Governo de 25 de Março mostra o movimento contínuo para a esquerda e a remoção de Mário Soares, o líder socialista, dos Negócios Estrangeiros ilustra graficamente essa tendência».⁸

Às 11h da manhã do dia 27 de Março, Ford e Kissinger encontraram-se com Willy Brandt para lhe transmitir estes pontos de vista e nem os esforços do líder socialista para passar uma imagem mais otimista da realidade portuguesa foram suficientes para demover os dirigentes dos Estados Unidos. Segundo Brandt não se tinha ido «tão longe quanto se podia esperar» na formação do novo Governo e mesmo a passagem de Soares dos Negócios Estrangeiros para ministro sem pasta podia ser favorável pois permitia-lhe «estar em campanha eleitoral»; para ele o essencial era «não desistir» e «dar apoio moral e material» às forças “democráticas”, o que, como

⁷«Memorandum of Conversation», March 27, 1975, GFL, NSA, Caixa 10

⁸«Memorandum from Henry A. Kissinger for the President», March 27, 1975, GFL, PCF, Caixa 10

confessou, já estava a ser feito por alemães e suecos.⁹ Mas o Presidente e o Secretário de Estado americanos não partilhavam do optimismo moderado do ex-chanceler da RFA; para Ford os militares podiam estar «sob o controlo dos comunistas», uma vez que «Cunhal era muito hábil», e toda a realidade portuguesa ia «complicar a situação dos aliados na NATO»; também para Kissinger a questão essencial residia na Aliança Atlântica pois era impensável «os representantes portugueses terem acesso à informação secreta relativa às negociações MBFR entre os EUA e a URSS».¹⁰

Este encontro serviu ainda para Willy Brandt entregar a Gerald Ford uma mensagem pessoal de Mário Soares que traçava um quadro sombrio da situação portuguesa e apelava ao apoio dos EUA ao PS. Dizia ela: «a situação em Portugal é séria e a democracia está em risco; os socialistas portugueses estão a chegar a um ponto de desespero e contam com a assistência dos Estados Unidos; o golpe de 11 de Março foi encenado para servir os interesses dos comunistas; o Movimento das Forças Armadas está sob a influência dos comunistas; as eleições de 25 de Abril vão ser realizadas numa maneira que vai servir para intimidar as forças política moderadas».¹¹

2.«Vacina» ou «Apoio às forças democráticas»

A posição dura de Henry Kissinger para o regime português e a sua defesa do crescente isolamento do País no seio da NATO não eram partilhadas pelo Embaixador em Lisboa; acto contínuo, desenvolveu-se a seguir ao 11 de Março um conflito entre ambos que se foi progressivamente agudizando ao ponto de se transformar, nas palavras do próprio Secretário de Estado, «numa disputa no seio do Governo dos Estados Unidos».¹²

As declarações públicas do responsável pela política externa dos EUA, como por exemplo as proferidas na já mencionada conferência de imprensa de 26 de Março, bem como as informações fornecidas à imprensa pelo Departamento de Estado relativamente à ostracização de Portugal na NATO foram os detonadores deste conflito

⁹Disse Willy Brandt: - «A última informação que tenho é que o novo Governo foi formado mas eles não foram tão longe quanto que se podia esperar. Soares, com quem nós socialistas estamos associados, continua do Executivo, como ministro sem Pasta, pelo que pode estar em campanha eleitoral. (...) Não devemos desistir. A questão é: que tipo de apoio moral e material conseguimos dar. Nós fizemos alguma coisa. Os alemães fizeram-no, assim como os Suecos», «Memorandum of Conversation», March 27, 1975, GFL, NSA, Caixa 10

¹⁰*Idem.* Kissinger referia-se às negociações conhecidas por *Mutual Balanced Forces Reduction* à época em curso entre Washington e Moscovo

¹¹«Memorandum from Henry A. Kissinger for the President», March 27, 1975, GFL, PCF, Caixa 10

¹²Henry Kissinger, *Anos de Renovação...*, ob. cit. p.559

em torno de duas concepções antagónicas sobre a linha política a seguir para a revolução portuguesa.

A 27 de Março, o *The New York Times* publicou um artigo de David Binder revelando que, segundo «três altos funcionários norte-americanos», a «Administração Ford e vários outros aliados da NATO estavam a considerar impor uma espécie de quarentena a Portugal no âmbito da Aliança Atlântica»; concretizando, a notícia citava um das fontes: «vamos ter que negar-lhes o acesso a documentos secretos e excluí-los das reuniões da NATO». Ainda neste número do jornal apareciam referidas as palavras do Secretário da Defesa, James Schlesinger, para quem era necessário «tomar algumas medidas simbólicas de forma a marginalizá-los na NATO sem os expulsar».¹³

Cinco dias depois, Carlucci reagiu a estas informações de modo veemente. Num telegrama enviado para Washington dizia concluir pelos relatos da imprensa que a NATO estava a considerar impor uma espécie de quarentena a Portugal, o que, de resto, ia no sentido indicado pela correspondência anteriormente trocada entre o Departamento de Estado e a Embaixada na qual o primeiro indicava estar a considerar a adopção de «medidas de segurança adicionais contra Portugal no âmbito da NATO». O diplomata alertava então que a estratégia de isolar o País na Organização de Defesa do Ocidente como forma de influenciar os acontecimentos em Lisboa era contraproducente e apenas podia jogar a favor dos comunistas; escreveu ele de modo inequívoco: «ostracizar ou colocar Portugal de quarentena na NATO vai ser entendido como um ataque ao novo Governo, uma interferência nos assuntos internos, e vai resultar num cerrar de fileiras. Mesmo medidas menores vão ser entendidas à mesma luz. (...) O Governo português vai reagir emocionalmente a todos os “socos” que receber da NATO e os comunistas vão estar mesmo ao lado para apresentar as suas condolências». Indo mais longe, avisava que «outras formas de pressão, incluindo declarações públicas», podiam «produzir o mesmo efeito indesejável» e concluía que por muito que os EUA desajassem, não existia pressão, «a não ser um altamente improvável acto de violência bem sucedido», que levasse o executivo de Vasco Gonçalves a «livrar-se ele próprio de Cunhal e do PCP». Em sentido exactamente contrário, o Embaixador pensava que, em vez de se esforçarem por isolar Lisboa na Aliança Atlântica, os Estados Unidos deviam «tentar expandir os contactos militares da NATO com Portugal» pois «mesmo os oficiais portugueses mais nacionalistas desejavam alguma

¹³*The New York Times*, 27 de Março de 1975

forma de ligação à Organização». Carlucci aconselhava ainda Washington a apostar nas questões que podiam «produzir uma reacção positiva», sendo a mais importante de todas «as eleições livres e justas»; e a este respeito acrescentava: «Enquanto a institucionalização do MFA significa que as eleições serão pouco mais do que a expressão da vontade popular, tal expressão, assumindo que as sondagens são razoavelmente exactas, pode ser uma forma mais eficaz do que a aliança existente entre o MFA e o PCP. Soares compreende isto e é essa a razão pela qual ele está a mobilizar os seus amigos alemães na questão das eleições».¹⁴

O Departamento de Estado respondeu imediatamente ao seu Embaixador em Lisboa e apesar do esforço conciliador de Helmut Sonnenfeldt e Arthur Hartman era indisfarçável a existência de profundas divisões no seio do Governo dos EUA acerca da política a seguir para Portugal. No documento enviado para Carlucci afirmava-se que os assuntos relacionados com a NATO iam «provavelmente ser adiados até depois das eleições»; porém, adicionava-se que «o problema básico» era «se um regime dominado pelos comunistas ou pela extrema-esquerda tinha lugar na Aliança Atlântica». Para os dois altos funcionários da diplomacia norte-americana «não se tratava tanto de fazer pressão para mudanças em Portugal, mas mais de saber se a NATO podia continuar a existir com membros comunistas ou próximos deles», o que estava «também relacionado com potenciais desenvolvimentos em Itália».¹⁵

A 10 de Abril, o conflito entre Kissinger e Carlucci subiu de tom e tornou-se público. Nessa ocasião, o *The Washington Post* publicou uma notícia baseada em fontes do Departamento de Estado segundo a qual, numa reunião com o seu *staff*, o Secretário de Estado queixou-se que «Carlucci não estava a corresponder à reputação de diplomata agressivo que ia expulsar os comunistas do Governo» e perguntou aos seus colaboradores: - «quem me vendeu Carlucci como um tipo duro?».¹⁶

A divulgação das afirmações de Kissinger era um golpe na credibilidade do Embaixador pois, para efeitos públicos, o diplomata tinha perdido a confiança do Governo dos EUA. E nem as instruções dadas pelo responsável pela política externa norte-americana ao porta-voz do Departamento de Estado para fazer uma «declaração forte» em resposta ao «mal intencionado artigo do *The Washington Post*», nem o

¹⁴«Lisbon, 1844, April 1, 1975», GFL, PCF, Caixa 11

¹⁵«Outgoing Telegram, 075010, April 3, 1975», GFL, PCF, Caixa 11

¹⁶*The Washington Post*, 10 de Abril de 1975. Na entrevista que nos concedeu Alan Lukens confirmou a veracidade da notícia do *The Washington Post*, afirmando ainda ter estado presente no encontro na qualidade de *note taker*. Entrevista a Alan Lukens, Washington D.C., 14.7.2005

telegrama que enviou para Lisboa a dizer que a notícia era «uma total invenção» e que Carlucci «tinha a sua total e incondicional confiança, bem como a do Presidente», foram suficientes para esconder esta disputa no seio da Administração Ford.

De resto, a existência do conflito foi posteriormente reconhecida, e justificada, por ambos os protagonistas. Nas suas memórias, Henry Kissinger escreveu a este respeito: «Quando o governo conservador autoritário foi deposto, em Abril de 1974, recomendei um programa de auxílio através do empréstimo de 20 milhões de dólares, num gesto favorável à democratização. À medida que se sucediam governos cada vez mais à esquerda, a questão era saber se se devia prosseguir com esta ajuda, para já não falar em aumentá-la. O Embaixador Carlucci era a favor da continuação da ajuda ao Governo radical, defendendo a teoria de que os moderados iam beneficiar, de algum modo, pela nossa demonstração de boa vontade. Tinha sido eu a insistir na nomeação de Carlucci para a embaixada em Lisboa, e levei os seus pareceres muito a sério. Porém, a verdade é que, inicialmente, houve uma divergência entre nós. Não via como é que os moderados podiam sair reforçados com a concessão de ajuda a radicais, e defendi que ela se mantivesse em níveis modestos, até que os radicais fossem erradicados do governo, de forma a que os dirigentes democráticos pudessem ficar com o crédito pelo aumento da ajuda».¹⁷ Também Carlucci confessou a existência de problemas, mas sublinhou o facto de terem acabado por chegar a um acordo: «Com certeza que tivemos divergências de pontos de vista, mas foram completamente ultrapassadas. Ele [Kissinger] tinha uma perspectiva global; eu tinha um problema concreto para resolver. Houve algumas trocas de palavras duras, mas acabámos por chegar a um acordo no sentido de que seria dada uma hipótese à política por mim recomendada. Alcançado esse acordo, deu-me todo o seu apoio».¹⁸

A disputa entre o Secretário de Estado e o Embaixador em Lisboa consistiu em substância num confronto entre duas escolas de pensamento nos EUA acerca da política a levar a cabo em Portugal. A primeira, conhecida por «Teoria da Vacina», foi sobretudo preconizada por Henry Kissinger; a segunda, designada de «Apoio às forças democráticas», foi defendida por Frank Carlucci. Como se escreveu num documento da Academia Americana de Diplomacia: «A escola de pensamento dominante em Washington era a de que Portugal estava perdido para o comunismo e devia ser isolado, servindo assim de lição a outros que pudessem estar tentados a seguir o mesmo

¹⁷Henry Kissinger, *Anos de Renovação...*, ob. cit., p.559

¹⁸Frank Carlucci, «The View from US Embassy»..., ob. cit., pp.210-11

caminho. Era a chamada «Teoria da Vacina». A outra escola, articulada por Stuart Nash Scott, o antecessor de Carlucci em Lisboa, era a de que Portugal não estava irrevogavelmente perdido e que devia ser-lhe prestado um paciente apoio».¹⁹

A «Teoria da Vacina» resultou directamente da percepção existente em alguns círculos da Administração Ford, cujo expoente máximo era o Secretário de Estado, de que Portugal estava perdido para o Ocidente, ou porque se ia tornar num País comunista alinhado com o bloco soviético, ou numa ditadura militar, sob forte influência do PCP, com uma política externa não-alinhada. Partindo desta avaliação e das suas implicações para o futuro da Europa do Sul e para a NATO, acreditou-se que Lisboa devia ser isolada no seio da Aliança Atlântica; deste modo, evitava-se que constituísse um problema de segurança para a Organização de Defesa ocidental, ao ficar sem acesso às suas informações classificadas, ao mesmo tempo que um Portugal marginalizado, empobrecido e periférico servia de «vacina» para o resto do flanco sul europeu, ou seja, um exemplo a não ser seguido por Itália, França, Espanha e mesmo Grécia.²⁰

A síntese do pensamento de Henry Kissinger pode ser encontrada nas suas próprias palavras durante um encontro realizado a 30 de Abril de 1975 com os mais altos dirigentes do Departamento de Estado que, pela sua importância, transcrevemos aqui parcialmente:

«The Secretary: - Sobre Portugal. Devo dizer-lhes que estou num “comprimento de onda” totalmente diferente do de Carlucci. Não encontro nenhum conforto em qualquer governo dominado pelos comunistas na Aliança da NATO. Não vejo nenhuma razão para concordar que é bom haver na NATO um Governo que olha para a Argélia em busca de ideologia.

Sonnenfeldt: - Tenho reservas semelhantes. Soares e os seus colegas são um bando de moles. A situação não mudou, mas o que mudou foram as nossas opções porque não podemos agora convencer outros na Europa de que devem tomar medidas para isolar Portugal.

The Secretary: Estou muito preocupado com isto. Se as coisas continuarem como estão vamos estar fora da Europa em dez anos. Se permitirmos que este tipo de coisas continue na NATO, isso vai inevitavelmente revolucionar a política na Europa e vai

¹⁹*First Line of Defense...*, ob. cit. p.1. Tal como o texto afirma a política de apoio às forças democráticas foi inicialmente defendida pelo Embaixador Stuart Nash Scott

²⁰A este respeito, Carlucci afirmou que «existiram vários relatórios sugerindo que Kissinger tinha desistido de Portugal e que preconizava que se devia isolar o País para que este servisse como um exemplo para os outros países da NATO». Entrevista a Frank Carlucci, Washington D.C., 26.10.2004

começar na Itália. Não consigo deixar de pensar que é muito pior ter a actual situação em Portugal do que uma completa tomada do poder dentro do modelo da Checoslováquia. Se fosse na América Latina e tivéssemos o mesmo tipo de problema teríamos mais espaço de manobra, mas em Portugal e na NATO...

Sonnenfeldt: - E as opções para levar a cabo políticas diferentes são agora praticamente nulas.

The Secretary: - Porque é que não conseguimos transmitir a ideia de que quanto mais moderados eles forem na política externa mais eficazes eles serão. Afinal de contas, que opções têm eles? Se ficarem fora da NATO quem vai preocupar-se com eles? Mas se ficarem na NATO têm hipótese de afectar o modo como toda a organização funciona. Mais uns poucos “Portugais” e simplesmente não temos mais NATO. Não é tanto o que Portugal vai fazer, mas o simbolismo.

Sonnenfeldt: - Mas não há um Governo na Europa que esteja disposto a seguir uma política de exclusão relativamente a Portugal.

The Secretary: - Então, em dez anos vamos estar fora da Europa. Em cinco anos vamos ter a mesma coisa na Grécia e em Itália. Vocês vão ver, Karamanlis vai ser o próximo Kerensky. Então, em 1977, vamos ter eleições em França com uma coligação entre socialistas e comunistas e o mesmo pode acontecer lá. Na Grã – Bretanha, a situação é pior do que aparenta. No Partido Trabalhista têm um bando de moles e tudo vai terminar numa forma mais elegante de neutralismo. A Europa e a NATO podem estar acabadas. E a Europa Comunitária vai encontrar o seu futuro no anti-americanismo. O que a Alemanha vai fazer, não sei. Mas a NATO pode simplesmente tornar-se numa aliança entre os EUA e a Alemanha».²¹

Percebe-se através deste documento inédito que Henry Kissinger equacionava seriamente a hipótese de Portugal fica «fora da NATO». E, como veremos mais adiante, empenhou-se em convencer os aliados europeus a aceitar esta visão para a revolução portuguesa, fazendo-o sobretudo no contexto da Cimeira da NATO em Bruxelas de finais de Maio de 1975. Todavia, as suas intenções depararam-se com a oposição da Europa Ocidental, bem como do seu Embaixador em Lisboa, acabando por nunca se concretizarem.

Em sentido exactamente oposto, a política de apoio às forças democráticas portuguesas defendida por Stuar Nash Scott, primeiro, e Frank Carlucci, depois, partia

²¹«Memorandum of Conversation», April 30, 1975, NA, SDR, Entry 5339, Caixa 11

do pressuposto de que Portugal não estava condenado a tornar-se um País comunista, logo, não só não devia ser excluído do Ocidente, como este se devia empenhar em prestar auxílio a Lisboa, sobretudo às forças moderadas internas que se opunham ao PCP.

Num texto publicado numa obra do Departamento de Estado o próprio diplomata explicou a sua perspectiva, começando justamente por referir que considerava pouco provável uma tomada do poder pelos comunistas: «Quando era embaixador americano em Lisboa pareceu-me que uma tomada do poder pelos comunistas não era muito provável por várias razões. A mais óbvia era pura geografia. Portugal não tinha uma fronteira comum com um país comunista. Em segundo lugar, uma percentagem muito pequena do comércio externo português, apenas 3 a 5 por cento, era com países comunistas; a maior parte das suas trocas comerciais era feita com a Europa. Em terceiro lugar, havia a ligação à NATO que, apesar de todos os problemas que suscitou, teve um impacto decisivo sobre a atitude e o sentido de profissionalismo dos militares portugueses. Em quarto lugar, havia a estrutura de propriedade privada ao nível agrícola (...). E, mais importante de tudo, havia a Igreja».

Em seguida, e como consequência lógica desta visão, Carlucci, defendeu que se devia apoiar a esquerda não comunista, quer militar, quer civil, sobretudo os elementos moderados do MFA e o PS, em estreita colaboração com a NATO e com a Igreja; em simultâneo, os EUA deviam resistir à tentação de apoiar a direita mais conservadora. Escreveu ele: «Em face da estratégia de linha dura [do PCP], a tentação óbvia para qualquer decisor político americano era a de trabalhar com os elementos mais conservadores, nomeadamente com os da direita. Porém, se observássemos a estrutura social portuguesa, esse sector não parecia oferecer quaisquer oportunidades. Na realidade, o apoio a esse sector seria um significativo *handicap* (...). A revolução portuguesa não foi um golpe de Estado, foi uma revolução, e tínhamos que tratá-la como tal. O único grupo lógico com que devíamos trabalhar era a esquerda não comunista. Trabalhando com eles, quer no campo militar, quer com o Partido Socialista, trabalhando em ligação com a NATO e trabalhando com a Igreja, era a melhor oportunidade».

Paralelamente a este apoio às forças “democráticas” político–militares internas, o Embaixador sustentou que Washington devia dar sinais de simpatia com a transição portuguesa, sobretudo através de um duplo apoio: a implementação de um programa de ajuda económica ao País; o auxílio à modernização das Forças Armadas e a promoção

da sua integração nas estruturas da NATO de modo a restaurar o sentido de profissionalismo dos militares portugueses. Sobre a dimensão económica escreveu Carlucci: «Com o nosso programa de ajuda económica fomos capazes de transmitir uma imagem de simpatia e apoio às aspirações sociais de Portugal em áreas como a habitação e a saúde». Já relativamente às medidas destinadas às Forças Armadas testemunhou: «Na área do apoio militar, concebemos a ideia de uma brigada portuguesa destinada a contribuir para a NATO, ajudando assim a restaurar o sentido de profissionalismo dos militares portugueses».²²

Em síntese, o pensamento do Embaixador norte-americano era que Portugal podia tornar-se um País democrático, à semelhança dos seus vizinhos ocidentais, desde que os Estados Unidos e a Europa não abandonassem Lisboa e, pelo contrário, apoiassem não só o Governo português como as forças “democráticas” internas, políticas e militares. E como veremos mais adiante, Carlucci desempenhou um papel decisivo no auxílio fornecido por Washington aos partidos que se opunham ao PCP, sobretudo o PS, bem como aos elementos “moderados” do MFA, com especial relevo para o grupo liderado por Melo Antunes.

3.As eleições e as reticências do Departamento de Estado

A 25 de Abril de 1975 realizaram-se as eleições para a Assembleia Constituinte que se revelaram como o verdadeiro ponto de viragem na revolução portuguesa ao inaugurarem uma nova legitimidade – a eleitoral -, pondo termo ao monopólio da legitimidade revolucionária. O PS foi o grande vencedor, assumindo a partir de então a liderança das forças civis que se opunham aos intentos hegemónicos dos comunistas, sob o comando de Mário Soares, em aliança táctica com os militares “moderados” do MFA e em ligação à Igreja Católica. Todavia, os resultados do sufrágio não removeram as reticências do governo norte-americano, convencido que aqueles representavam apenas «uma sondagem de opinião», muito devido ao facto de nas vésperas do acto eleitoral ter sido assinado o I Pacto MFA-Partidos que permitiu ao Movimento das Forças Armadas hegemonzar o processo político para além dos resultados das eleições.

Na realidade, a seguir ao 11 de Março tinham-se reiniciado as negociações entre o MFA e os partidos políticos com vista ao estabelecimento de um acordo constitucional que permitisse, simultaneamente, garantir a manutenção do papel do

²²Frank Carlucci, «The View from US Embassy»..., ob. cit., pp.208-10

Movimento das Forças Armadas de motor da revolução e a realização das eleições. Referindo-se a este último aspecto, Marcelo Rebelo de Sousa escreveu: «O Pacto permitiu convencer o PCP e a extrema-esquerda a aceitar as eleições, o mesmo acontecendo com um larguíssimo sector recalcitrante dentro do MFA».²³

De facto, para a esquerda revolucionária o Pacto MFA-Partidos era entendido como um instrumento destinado a desvalorizar o alcance do sufrágio para a Constituinte, logo condição *sine qua non* à aceitação da realização daquele. Isso mesmo foi confessado por Vasco Gonçalves a Maria Manuela Cruzeiro: «Nós não queríamos de maneira alguma, com as eleições, travar a dinâmica revolucionária e mandar os trabalhadores e o MFA para casa (...). Portanto, o Pacto teve dois objectivos fundamentais: um, institucionalizar o MFA; outro, garantir a continuidade do processo revolucionário sem deixar de salvaguardar que as conquistas alcançadas não seriam perdidas por via eleitoral».²⁴ Já do lado das forças “moderadas”, o Pacto era um mal necessário que servia para garantir que as eleições se realizavam. Como afirmou Mário Soares: «Este pacto limitava o exercício da democracia política e o alcance do sufrágio universal, assinámo-lo porque compreendemos que era condição indispensável para que as eleições se realizassem normalmente».²⁵

Esta conjugação de interesses permitiu que, a 11 de Abril, todos os partidos relevantes do sistema político português, nomeadamente o PCP, o MDP/CDE, o PS, o PPD, o CDS e a FSP, assinassem uma «Plataforma de Acordo Constitucional» cujos objectivos declarados logo na parte B do texto definitivo eram: «continuação da revolução política, económica e social iniciada a 25 de Abril de 1974, dentro do pluralismo político e da via socializante que permita levar a cabo, em liberdade mas sem lutas partidárias estéreis e desagregadoras, um projecto comum de reconstrução nacional»; indo mais longe, ainda nesta parte, estabelecia-se que os termos da Plataforma deviam «integrar a futura Constituição Política a elaborar e aprovar pela Assembleia Constituinte» e que ela era «válida por um período de tempo de 3 a 5 anos» até à convocação da nova Assembleia encarregue de elaborar «a Constituição política definitiva».

Também a parte C do Pacto - «Eleições para a Assembleia Constituinte, seu funcionamento, elaboração e promulgação da Constituição Política» - era

²³Marcelo Rebelo de Sousa, *A Revolução e o Nascimento do PPD...*, 1º volume, ob. cit., p.402

²⁴Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Gonçalves...*, ob. cit. p.161

²⁵Cit. em Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa...*, ob. cit., p.229

especialmente significativa. Nela começava-se por reafirmar a «determinação de cumprir o estabelecido relativamente à realização das eleições», mas acrescentava-se em seguida que aquelas se destinavam «unicamente à designação de uma Assembleia Constituinte não determinando alterações em termos governamentais, continuando a composição do Governo a depender apenas da iniciativa dos órgãos de poder revolucionário»; e previa-se mesmo a criação de «uma comissão do MFA para acompanhar os trabalhos da Constituinte».

No ponto relativo à futura estrutura dos centros de poder (parte D), estabeleciam-se os órgãos de soberania a consagrar na Constituição, bem como os seus poderes, sendo estes o Presidente da República, o Conselho da Revolução, a Assembleia do MFA, a Assembleia Legislativa, o Governo e os Tribunais. Merece aqui desde logo destaque o facto de se consagrarem como órgãos de soberania o Conselho da Revolução e a Assembleia do MFA, atribuindo-se mesmo ao primeiro extensos poderes que iam desde «exercer competência legislativa sobre matérias de interesse nacional de resolução urgente, quando a Assembleia Legislativa ou o Governo o não puderem fazer» até «decidir, com força obrigatória geral, sobre a constitucionalidade das leis e outros diplomas legislativos, sem prejuízo da competência dos Tribunais para apreciar a sua inconstitucionalidade formal». Ainda importante era o facto de se estabelecer que o Presidente da República não era eleito por sufrágio directo mas «por um Colégio eleitoral, para o efeito constituído pela Assembleia do MFA e a Assembleia Legislativa»; já quanto ao Governo determinava-se que este devia de ser da confiança do Presidente da República e da Assembleia Legislativa, especificando-se que tinham de ser «obrigatoriamente da confiança do MFA» os «ministros da Defesa, Administração Interna e Planeamento Económico», não devendo «a sua nomeação ser feita antes de ouvido o Conselho da Revolução».

Por último, nas «Disposições Diversas» (ponto E), estabelecia-se que a Assembleia Constituinte tinha de «consagrar os princípios do MFA, as conquistas legitimamente obtidas ao longo do processo, bem como os desenvolvimentos ao Programa impostos pela dinâmica revolucionária que, aberta e irreversivelmente, empenhou o País na via original para um socialismo português»; e estipulava-se ainda «a independência do poder militar em relação ao civil» atribuindo-se às Forças

Armadas a capacidade de participação «no desenvolvimento económico, social, cultural e político do País no âmbito do seu Movimento»²⁶

Tudo somando, o Movimento das Forças Armadas garantia através do I Pacto MFA–Partidos a sua hegemonia sobre o processo político para além das eleições de 25 de Abril de 1975. Desde logo, assegurando prerrogativas políticas por um período de três a cinco anos (ponto B); depois, estipulando que o resultado do sufrágio não implicava alterações na composição do Governo Provisório (ponto C); ainda, consagrando as estruturas resultantes da sua institucionalização como órgãos de soberania e garantindo o controlo praticamente completo destes (ponto D); finalmente, esvaziando consideravelmente à partida a Assembleia Constituinte ao impor-lhe a consagração dos princípios do MFA e dos desenvolvimentos da dinâmica revolucionária.²⁷

Percebendo correctamente o sentido político do I Pacto MFA–Partidos, Frank Carlucci escreveu para Washington nas vésperas da sua assinatura: «se houver um acordo sobre a Constituição antes das eleições haverá pouco trabalho a fazer pela Assembleia Constituinte»; e acrescentou: «os partidos políticos sabem que a maioria das decisões importantes sobre a nova Constituição será tomada pelo MFA» mas «estão vivamente conscientes da força legitimadora que vão adquirir de uma boa participação nas primeiras eleições livres em Portugal».²⁸

De resto, para a Embaixada dos EUA em Lisboa o que realmente contava era a realização do sufrágio, classificado por Carlucci como «o ponto de viragem na situação portuguesa», e os sinais que recebia a este respeito eram claramente positivos.²⁹ A 10 de Abril o diplomata recebeu informações que garantiam a entrada em cena da Igreja Católica no processo eleitoral; segundo relatou para o Departamento de Estado nesse mesmo dia: «a hierarquia da Igreja, longe de murchar face ao aumento dos ataques esquerdistas, cerrou fileiras e decidiu a tática adequada para abordar os desafios que se colocam. (...) no final da reunião do Episcopado, os bispos vão emitir uma nota

²⁶Ver Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução...* ob.cit., pp.310-13

²⁷Marcelo Rebelo de Sousa fala no objectivo do MFA de «controlo militar do processo político» e dá como exemplo a composição dos órgãos de soberania institucionalizados pelo Pacto: «Presidente da República – militar; Conselho da Revolução – militar; Assembleia do MFA – militar; Assembleia Legislativa – civil, mas limitada pelo Pacto; Governo – com vários militares; Tribunais – civil, mas MFA, ou parte deste, quer constituir Tribunal Militar Revolucionário». Marcelo Rebelo de Sousa, *A Revolução e o Nascimento do PPD...*, 1º volume, ob. cit., p.409

²⁸«Lisbon, 1882, April 2, 1975», FOIA; «Lisbon, 1915, April 3, 1975», FOIA

²⁹*Military and Economic Assistance to Portugal*, Hearings Before the Subcommittee on Foreign Assistance, Committee on Foreign Relations, US Senate, 95th Congress, 1st Session, February 25, 1977, Washington D.C., Government Printing Office, 1977, p.16

pastoral aconselhando os crentes sobre a posição da Igreja relativamente às eleições. O assunto da nota vai ser simples: votem». Carlucci acrescentou ainda que a Igreja não ia «apoiar quaisquer partidos políticos», porém, «ao instar os católicos a votar» ela pretendia dar a entender que deviam fazê-lo «em partidos cujas filosofias iam ao encontro dos valores cristão», o que queria significar «um discreto apoio ao CDS e ao PPD»; já quanto aos socialistas, não era de esperar que «o crescente respeito da hierarquia da Igreja por este partido» encontrasse «grande eco ao nível dos padres da paróquia». Mas para o Embaixador o mais importante de tudo era mesmo o apelo ao voto pois, segundo escreveu a finalizar o telegrama: «a maior ameaça a uma vitória eleitoral das forças democráticas seria a abstenção em massa por parte dos membros da “maioria silenciosa” conservadora, sobretudo rural. O apelo ao voto por parte da Igreja representa um esforço importante para garantir que a abstenção não distorce o verdadeiro grau do apoio popular da esquerda».³⁰

Igualmente positivas eram as informações sobre as intenções do MFA em realizar umas eleições verdadeiramente livres e isentas. Um dia depois do telegrama a relatar a entrada em cena da Igreja Católica, Carlucci afirmou acreditar que o Movimento das Forças Armadas era «sincero» quando declarava pretender que os procedimentos do voto fossem «tão perfeitos quanto possível», acrescentando ainda que não só estavam «previstas pesadas penalidades para o caso de fraude eleitoral», como «o sistema de voto e da sua contagem» contemplavam «vários pesos e contra-pesos designados para garantir a sua honestidade».³¹

Mas mais importante de tudo eram as previsões dos resultados feitas por Herbert Okun sessenta e duas horas antes das eleições e que previam de forma categórica a vitória do PS e a derrota dos comunistas. Segundo os números apurados pelo *Deputy Chief of Mission* da Embaixada dos EUA, o Partido Socialista devia obter 32%, o Partido Popular Democrático 28%, o Partido Comunista 15%, o MDP/CDE 5%, a Extrema–Esquerda 3% e o Partido Popular Monárquico 2%.³²

Estas previsões da equipa norte-americana em Lisboa vieram a confirmar-se a 25 de Abril de 1975. Nesse dia realizaram-se as eleições para a Assembleia Constituinte com uma vitória clara das forças defensoras da via democrática, que no seu conjunto obtiveram praticamente 72% dos votos, e uma derrota da esquerda

³⁰«Lisbon, 2067, April 10, 1975», FOIA

³¹«Lisbon, 2101, April 11, 1975», FOIA

³²Entrevista a Herbert Okun, New York, 3.3.2006

revolucionária, com o PCP e o MDP juntos a não ultrapassarem os 16%. O PS foi o grande vencedor com 37,87% e com uma forte representação à escala nacional, incluindo os Açores e a Madeira; seguiu-se o PPD com 26,4%, apesar da ausência no País do seu fundador e líder original, Francisco Sá Carneiro, por motivos de doença; já o CDS obtinha apenas 7,7%, mas garantia uma percentagem suficiente para sobreviver no sistema político português, apesar dos esforços da esquerda revolucionário para o ilegalizar; do outro lado da barricada, os comunistas foram os principais derrotados com apenas 12,46%, uma expressão eleitoral significativa somente na cintura industrial de Lisboa e no Alentejo e vendo ainda o seu satélite, o MDP, reduzido a 4,1%; também os sectores mais radicais do MFA perderam em toda a linha ao verem o seu apelo ao voto em branco somar uns inexpressivos 6,9%.

Quadro 5
Resultados das eleições para a Assembleia Constituinte
(25 de Abril de 1975)³³

Eleitores – 6 177 698			
Votos – 5 666 696 – 91,7%			
Branco e Nulos – 393 164 – 6,9%			
	<i>Percentagem</i>	<i>Nº de deputados</i>	<i>Votos</i>
PS	37,87%	116 deputados	2 162 972
PPD	26,39%	80 deputados	1 507 282
PCP	12,46%	30 deputados	711 935
CDS	7,61%	17 deputados	434 879
MDP	4,14%	5 deputados	236 318
UDP	0,79%	1 deputado	44 877
FSP	1,16%	0 deputados	66 307
MES	1,02%	0 deputados	58 248
FEC	0,58%	0 deputados	33 185
PPM	0,57%	0 deputados	32 526
PUP	0,23%	0 deputados	13 138
LCI	0,19%	0 deputados	10 835
ADIM	0,03%	0 deputados	1 622
CDM	0,02%	0 deputados	1 030

³³Comissão Nacional de Eleições, cit. em António José Telo, *História Contemporânea de Portugal...*, ob. cit., p.130

Em termos qualitativos, as eleições para a Assembleia Constituinte assumiram uma importância decisiva devendo ser consideradas como o ponto viragem na revolução portuguesa, ainda que os seus reflexos práticos só fossem visíveis a partir de Julho de 1975. Primeiro, porque vieram pôr termo à exclusividade da legitimidade revolucionária, introduzindo uma nova forma de legitimidade – a eleitoral. Segundo, porque dotaram o PS da força suficiente para modificar o panorama político, assumindo a partir de então o papel de catalisador das forças que se opunham à aliança PCP – “gonçalvistas”. Terceiro, porque criaram as condições para que a tendência “moderada” do MFA pudesse passar à ofensiva. Finalmente, porque, ao nível internacional deram crédito à ideia de que Portugal podia ser ganho para o Ocidente desde que se apoiassem as forças que se opunham aos comunistas, sobretudo os socialistas enquanto partido mais votado.

A mudança substancial no processo político português ocorrida a 25 de Abril de 1975 foi correctamente compreendida por Mário Soares que iniciou imediatamente o contra-ataque à ofensiva comunista em curso, acção que acabou por ser decisiva a prazo para o resultado final da transição democrática portuguesa. Logo a 1 de Maio, por ocasião da comemoração do Dia do Trabalhador, o PS aproveitou o pretexto oferecido pelo PCP, que com o intuito de desvalorizar a vitória socialista nas eleições pretendeu colocá-los em igualdade de circunstâncias com o MES e a FSP na cerimónia realizada no Estádio Primeiro de Maio, para passar a combater na “rua” o partido de Álvaro Cunhal, decidindo organizar uma manifestação própria no mesmo local. Conta Mário Soares: «Na preparação da manifestação, compreendemos que o PCP queria ganhar na rua o que perdera nas urnas: as eleições tinham sido um travão à Revolução – pensavam e diziam -, o que, portanto, contava era a dinâmica revolucionária, a rua, a força das massas populares organizadas ..., os socialistas, que haviam saídos vitoriosos dos votos, representavam – segundo eles – apenas uma maioria relativa, dispersa, silenciosa e insignificante em comparação com o caudal impetuoso da dinâmica popular. Pediram-me que seguisse à frente da manifestação, ao lado de Álvaro Cunhal, como no ano anterior. Recusei. Tudo tinha, entretanto, mudado».³⁴

³⁴Maria João Avillez, *Soares. Ditadura e Revolução...*, ob.cit., p.430. Segundo Álvaro Cunhal, «Mário Soares escolheu o 1º de Maio de 1975 para iniciar as provocações de grande espectáculo, que culminaram na ruptura e saída do Governo», Álvaro Cunhal, *A Verdade e a Mentira...* ob. cit., p.183

No dia seguinte, os socialistas deram mais um passo na sua estratégia de combate ao PCP ao nível popular realizando uma manifestação em Lisboa onde, significativamente, os *slogans* mais ouvidos foram «O Povo não está com o MFA», «Intersindical por via eleitoral» e «70% a caminho da São Bento». Como contou mais tarde Mário Soares, tratou-se de materializar nas ruas o resultado das eleições: «o dia 2 de Maio representou uma enorme viragem: sozinho, o PS consegue fazer descer à rua milhares e milhares de pessoas, assumindo a liderança da oposição ao gonçalvismo. (...) As eleições, afinal, tinham servido para alguma coisa. Viu-se, nesse dia histórico, que tinham sido decisivas».³⁵

Mas o principal pretexto para o contra-ataque socialista à ofensiva comunista surgiu a 19 de Maio com a eclosão do chamado “caso República”. A partir de então, o PS passou a liderar decisivamente o bloco civil que se opôs ao PCP e aos “gonçalvistas”, estabelecendo gradualmente uma ampla aliança tática que compreendeu a Igreja Católica - sobretudo após o início do “caso Renascença” -, os militares “moderados” do MFA, os restantes partidos democráticos como o PPD e o CDS e mesmo alguns sectores da extrema-esquerda, criando deste modo as condições para o início do refluxo do processo revolucionário que se tornou visível a partir de Julho de 1975. E se para a inversão da balança de poderes o factor crucial foi a reacção do grupo “meloantunista” do Movimento das Forças Armadas, o início da oposição aos intentos hegemónicos do PCP foi assumido pelo PS a partir da legitimidade eleitoral adquirida a 25 de Abril de 1975.³⁶

A atitude norte-americana face ao resultado das eleições para a Assembleia Constituinte não foi homogénea, com a Embaixada em Lisboa e os serviços secretos a sublinharem o alcance da vitória das forças democráticas, sobretudo o Partido Socialista, e o Departamento de Estado a reagir com muitas reticências.

No dia seguinte ao sufrágio, Frank Carlucci elaborou para Washington uma avaliação aos acontecimentos de 25 de Abril de 1975 sublinhando que «os portugueses optaram de forma massiva pelo socialismo democrático» e que o PS era «agora a força política e civil dominante»; já o grande derrotado era o PCP cujos resultados foram «decepcionantes» para Álvaro Cunhal. Segundo o Embaixador, as eleições «representaram dois vivas para a democracia», faltando apenas o «terceiro viva» que

³⁵Maria João Avillez, *Soares. Ditadura e Revolução...*, ob.cit., p.436

³⁶Os casos “República” e “Renascença” são desenvolvidos com mais pormenor no ponto seguinte e o refluxo do processo revolucionário é detalhado no ponto 7

era «a reacção ainda desconhecida do MFA»; de resto, para ele, «as conclusões do Movimento das Forças Armadas» iam «acabar por ser o factor individual mais decisivo no curto prazo».³⁷

Também a CIA valorizou a «vitória retumbante sobre os comunistas» dos «moderados portugueses liderados pelo Partido Socialista» com «mais de 70% dos votos». Para a Agência não havia dúvidas que o PS era o grande vencedor, tendo excedido «as suas maiores expectativas», demonstrando «uma força notável em todas as áreas do País», quase igualando «os comunistas nas cidades industrializadas e na região do Alentejo» e tendo «um melhor resultado do que esperado no Norte, tradicionalmente conservador e com alta densidade populacional»; por tudo isso, era certo que os socialistas iam «aumentar a sua influência política». Já «os principais derrotados» eram o PCP e o MDP que «após terem gasto mais dinheiro do que quaisquer outros e terem usado as suas estruturas para levar os seus apoiantes a votar, dificilmente se podiam queixar que o público não conhecia os seus programas políticos». Igualmente do lado dos perdedores estavam os militares mais radicais do MFA, como Vasco Gonçalves que podia «sofrer consequências políticas em virtude dos resultados» e Rosa Coutinho, «provavelmente desapontado com o falhanço do estratagema do voto em branco». Para a CIA um dos aspectos mais relevantes das eleições para a Assembleia Constituinte residia justamente no seu impacto no Movimento das Forças Armadas, podendo aquelas «acelerar o aumento das facções dentro do Conselho da Revolução» e tornar «mais complexas» as «divisões entre as facções moderadas e radicais que já existiam antes do golpe falhado de 11 de Março»; da capacidade de uma das facções para se superiorizar à outra dependia a forma «como o Movimento ia reagir à vitória dos moderados» no sufrágio. Neste âmbito a acção de Costa Gomes era decisiva, considerando a Agência que este devia «estar satisfeito com os resultados» mas que «ainda lhe faltava o poder suficiente para virar a situação a seu favor».³⁸

Mas nem a inequívoca vitória das forças “democráticas”, nem o início do contra-ataque do Partido Socialista, nem mesmo as avaliações positivas da Embaixada em Lisboa e dos serviços secretos foram suficientes para alterar o pessimismo instalado no Departamento de Estado relativamente ao futuro de Portugal, especialmente em

³⁷«Lisbon, 2395, April 26, 1975», FOIA

³⁸CIA, Staff Notes, «Western Europe and Canada International Organizations» April 28, 1975. www.foia.cia.gov

Henry Kissinger que por diversas vezes se referiu às eleições em termos depreciativos, considerando-as como uma mera «sondagem de opinião» ou «um concurso de popularidade sem significado». Logo a 28 de Abril, numa reunião com o seu *staff*, o Secretário de Estado referiu-se ao alcance do sufrágio para a Assembleia Constituinte num tom céptico: - «mas o que eles [PS] vão fazer? Ele [Soares] é um grande conversador, mas o que vai fazer? (...) Ele não tem uma base de poder, mesmo com 38% dos votos. A Constituição não vai fazer nada pois já está redigida».³⁹

No mesmo sentido foram as declarações proferidas por Bruce Laingen, subsecretário de Estado para os Assuntos Europeus, na audiência realizada a 1 de Maio na Câmara dos Representantes, segundo as quais não só permanecia «por estabelecer» a «exacta relação entre os votos expressos e a acção governamental», como o «impacto prático no curto prazo» do resultado do sufrágio havia sido «limitado pela anterior acção do Movimento das Forças Armadas ao definir as linhas essenciais da Constituição», numa clara referencia ao I Pacto MFA-Partidos.⁴⁰

Nesse mesmo dia ocorreram duas reuniões reveladoras do pensamento de Henry Kissinger relativamente às eleições portuguesas, sendo a primeira entre o Secretário de Estado e o seu *staff* do Departamento de Estado e a segunda entre aquele e o Presidente dos EUA. Afirmou Kissinger no primeiro encontro: - «Não quero que nos congratulemos por um resultado que é basicamente uma sondagem de opinião. (...) Nenhum problema essencial foi ainda resolvido. (...) Não queremos dar a impressão de que isto [as eleições] produziu qualquer progresso significativo dentro de Portugal porque não produziu».⁴¹ Já na reunião com Gerald Ford o responsável pela política externa dos Estados Unidos comentou de forma particularmente dura: «As eleições foram um concurso de popularidade sem significado. Não houve mudanças na direcção do País por causa das eleições. A Argélia é o modelo deles. Os europeus estão estáticos. Podemos enfrentar em dez anos uma Europa socialista cuja semente é o anti-americanismo».⁴²

Importa referir que poucas horas antes da conversa entre o Secretário de Estado e o Presidente, Arthur Hartman elaborou um *paper* sobre Portugal destinado a preparar

³⁹«The Secretary's Principals and Regionals Directors Staff Meeting», April 28, 1975, NA, SDR, Entry 5177, Caixa 7

⁴⁰*United States Policy Towards Portugal*, Hearing Before the Subcommittee on International and Military Affairs, Committee on International Relations, US House of Representatives, 94th Congress, 1st Session, March 14 and May 1, 1975, Washington D.C., Government Printing Office, 1976, p.23

⁴¹«The Secretary's Principals and Regionals Directors Staff Meeting», May 1, 1975, NA, SDR, Entry 5177, Caixa 7

⁴²«Memorandum of Conversation», May 1, 1975, GFL, NSA, Caixa 11

justamente aquele encontro, sendo o seu conteúdo particularmente relevante em três pontos. Em primeiro lugar, o responsável pela *desk* de Assuntos Europeus, embora referindo logo no início que «as eleições representavam a opinião pública portuguesa mas a esquerda radical ainda controlava o governo» e que «no melhor cenário» restava aos moderados «a esperança de continuar a combater», defendia que Washington não podia isolar Portugal e que devia mesmo prosseguir com o seu programa de ajuda económica ao País; escreveu ele: «é mais fácil para os Estados Unidos terem um impacto mais negativo do que positivo no clima político em Portugal. Acções de punição, como isolar Portugal na NATO ou terminar o nosso nascente programa AID de ajuda económica são exemplos de acções que serão utilizadas pelos radicais para justificar políticas mais hostis para com os Estados Unidos do que as actualmente existentes». Em segundo lugar, Hartman sintetizou «os quatro grandes objectivos dos EUA para Portugal»: «impedir os comunistas, ou os elementos militares não-alinhados, de tomar completamente o controlo; conter a deterioração do flanco Sul da NATO e proteger dos comunistas no Governo português a informação sensível da NATO relativa à segurança; manter os nossos direitos nos Açores; impedir que Portugal se torne um “modelo” para outros Países». Finalmente, este alto responsável do Departamento de Estado reconheceu que a capacidade do governo norte-americano de «influenciar os desenvolvimentos em Portugal foi sempre limitada» e que «a tentativa falhada de golpe de 11 de Março, que enfraqueceu as forças do centro e do centro-esquerda, corroeu ainda mais as alavancas» ao dispor dos EUA.⁴³

Finalmente, a 7 de Maio, Henry Kissinger pronunciou-se publicamente acerca das eleições em Portugal, fazendo-o num tom mais moderado do que nas suas conversas privadas. Em entrevista ao canal televisivo norte-americano NBC, o Secretário de Estado comentou: «A situação em Portugal está num estado de evolução. Recentemente houve eleições que indicaram de forma gratificante que a maioria do povo português prefere os partidos democráticos. Mas é igualmente um facto que o Governo tem uma muito forte influência comunista – desproporcional ao peso eleitoral do partido. Assim temos de avaliar o que será a política externa portuguesa antes de tomarmos qualquer decisão final».⁴⁴

⁴³«Issues Paper on Portugal», from Arthur A. Hartman for George S. Springsteen, May 1, 1975, FOIA

⁴⁴*Department of State Bulletin*, Vol. LXXII, nº1874, May 26, 1975, p.671

4.A revolução intensifica-se e Washington aumenta pressão

Os acontecimentos do período subsequente às eleições pareceram confirmar os motivos para o cepticismo do Departamento de Estado relativamente ao alcance prático da vitória das forças “moderadas”. Entre Maio e Junho assistiu-se à intensificação da revolução em virtude da acção da aliança PCP-“gonçalvistas” que procurou avançar rapidamente com as medidas revolucionárias de modo a torná-las irreversíveis. Consequentemente, o governo norte-americano decidiu aumentar a pressão sobre Portugal, esforçando-se por convencer os aliados europeus a aceitarem a política de isolamento, ou mesmo expulsão, do País na NATO.

Logo a 30 de Abril, como já foi mencionado, o Conselho da Revolução aprovou o Decreto-Lei nº215/75 que reconheceu a Intersindical como «confederação geral ou central única dos trabalhadores portugueses», justificando a medida com a necessidade de «mobilização e ampla participação das massas para a defesa da economia nacional e a melhoria da produção», pela «actividade desenvolvida pela Intersindical na «mobilização da classe trabalhadora» e pela indispensabilidade de «os trabalhadores portugueses reforçarem a sua unidade e coesão em torno das suas organizações sindicais» como forma de «vencer as grandes batalhas a travar na caminhada para o socialismo».⁴⁵

No início de Maio, as nacionalizações estenderam-se a outros sectores da economia, como a indústria e os transportes, ao mesmo tempo que avançou a reforma agrária, com a aprovação de nova legislação sobre a expropriação de terras e a ocupação de propriedades agrícolas. E, em simultâneo, surgiram as primeiras notícias acerca da constituição dos Comités de Defesa da Revolução (CDRs) que tinham como objectivo enquadrar parapolicialmente a população de cada aldeia, bairro ou empresa, prevendo-se que funcionassem, numa fase inicial, nas cidades com unidades militares e nos complexos industriais importantes.⁴⁶

A 19 de Maio, a Assembleia do MFA, reunida no Alfeite, decidiu mandar o Conselho da Revolução para criar um Tribunal Revolucionário com o intuito de julgar os responsáveis pelo golpe militar de 11 de Março, o que veio efectivamente a suceder através do Decreto-Lei nº425/75, de Agosto de 1975. Durante a reunião foram ainda discutidos dois importantes documentos elaborados pela Comissão Política do CR,

⁴⁵Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução...* ob.cit., p.420

⁴⁶Boaventura de Sousa Santos, *O Pulsar da Revolução...*, ob. cit., p.212

ambos com um sentido favorável ao PCP e muito crítico para o PS. O primeiro, intitulado «Factos mais salientes do 1º de Maio e sua interpretação», acusava os socialistas de «comportamento divisionista e de tentar boicotar a cerimónia» e enquadrava os incidentes do Dia do Trabalhador «numa perspectiva de luta político-partidária entre o PS e o PC» em que o primeiro, «aproveitando o peso eleitoral obtido joga ao “ataque”», tendo o PCP e a Intersindical «adoptado uma tática de “defesa” e “contra-relógio”». Já o segundo documento, designado «Perspectiva de evolução política», criticava os socialistas, dizendo que «na base dos problemas do momento político» estava «uma interpretação errada dos resultados eleitorais», utilizados por algumas forças que se tinham esquecido que estavam «enquadradas numa revolução» e acrescentava que se devia «relativizar o valor das eleições», extraíndo delas as consequências que interessavam e não punham «em causa o processo revolucionário em curso».⁴⁷

Ainda no mesmo mês assistiu-se à intensificação da revolução no campo da comunicação social com o início dos casos *República* e *Rádio Renascença*. De resto, desde o 11 de Março que o PCP vinha hegemонizando este sector fundamental, aproveitando em larga medida o facto da maioria dos meios de comunicação terem sido nacionalizados, o que permitiu o controlo pelos comunistas de títulos como o *Diário de Notícias*, o *Diário Popular*, o *Jornal de Notícias*, *O Século* e *A Capital*; ao mesmo tempo, o partido de Álvaro Cunhal forçou o afastamento de Ramalho Eanes da direcção da RTP e adquiriu uma grande influência nas principais estações de rádio.⁴⁸

Neste seguimento, a 19 de Maio, um grupo de trabalhadores do *República* afastou Raul Rego da direcção do jornal, acusando-o de ter transformado o periódico no «órgão officioso do PS», substituindo-o por Belo Marques. Os socialistas aproveitaram mais este pretexto para aumentar a intensidade da sua luta contra o PCP, acusando os comunistas de pretenderem controlar a comunicação social para acabar com a liberdade de expressão; com estes argumentos, Mário Soares organizou imediatamente uma manifestação à porta do *República* com os *slogans* significativos de «O *República* é do Povo, não é de Moscovo» e «Este jornal não é do Cunhal».⁴⁹ Levando ainda mais longe a sua ofensiva contra o PCP e os seus aliados “gonçalvistas”, os ministros do PS não só tornaram pública a sua decisão de não comparecerem nas reuniões do conselho de

⁴⁷Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução...ob.cit.*, pp.446-48

⁴⁸Avelino Rodrigues, Cesário Borga, Mário Cardoso, *Portugal depois de Abril...*, ob. cit., p.205; António José Telo, *História Contemporânea de Portugal...*, ob. cit., p.129

⁴⁹Boaventura de Sousa Santos, *O Pulsar da Revolução...*, ob. cit., p.212

ministros até o “caso *República*” ser resolvido, como ameaçaram mesmo abandonar o Governo Provisório se o Conselho da Revolução não devolvesse o jornal à direcção original, o que acabaram por concretizar dois meses mais tarde quando o periódico voltou a ser publicado sob a direcção da Comissão de Coordenadora de Trabalhadores e com o coronel Pereira de Carvalho no lugar de Raul Rego por decisão do CR; assim, como veremos mais adiante, a 10 de Julho, o Partido Socialista abandonou o executivo chefiado por Vasco Gonçalves, sendo seguido sete dias depois nesta decisão pelo PPD.

Apesar das acusações do PS ao PCP, subsistiram desde o início dúvidas sobre se os autores da acção contra a direcção do *República* eram afectos aquele último partido ou antes a grupos de extrema-esquerda. Segundo as informações recolhidas pelos serviços secretos norte-americanos o caso resultou da tentativa «dos tipógrafos comunistas» tomarem o controlo «de um dos dois últimos jornais que ainda não estão sobre o domínio dos comunistas ou do Governo» apesar de «não ser certo se estavam a actuar por conta própria ou com a aprovação do PCP»; de resto, para os funcionários da CIA, Álvaro Cunhal parecia «preocupado» pois estava «aparentemente convencido» que o seu partido não ia «receber um tratamento especial» caso o MFA decidisse «abolir os partidos políticos» na sequência da escalada da luta entre o PS e o PCP.⁵⁰ Ainda sobre o “caso *República*”, os funcionários da Agência destacaram o ultimato feito por Mário Soares a Costa Gomes: «a não ser que os comunistas parem de tentar controlar a imprensa, os sindicatos e o poder local, os socialistas vão abandonar o Governo».⁵¹

Certo é que o “caso *República*” acabou por ter uma enorme projecção interna e internacional, constituindo-se como um dos mais importantes pretextos usados pelo PS para promover uma alteração da correlação de forças no processo político português. Como referiu Mário Soares: «A ocupação do *República* jogou, nessa mutação psicológica, um papel decisivo: a história desse assalto ocupou a primeira página dos principais jornais internacionais, foi a primeira grande “campanha de alarme” tocada no exterior, anunciando que a democracia portuguesa estava em perigo».⁵² Desde logo, internamente, o problema dividiu o MFA e acentuou o confronto entre as tendências “gonçalvista” e “meloantunista” acerca do alcance político do resultado das eleições;

⁵⁰CIA, Staff Notes, «Western Europe and Canada International Organizations» May 20, 1975. www.foia.cia.gov

⁵¹CIA, Staff Notes, «Western Europe and Canada International Organizations» May 21, 1975. www.foia.cia.gov

⁵²Maria João Avillez, *Soares. Ditadura e Revolução...*, ob.cit., p.441

depois, externamente, foi usado pelos aliados europeus dos socialistas para pressionarem os militares portugueses.⁵³

Poucos dias depois da ocupação do jornal, Willy Brandt divulgou publicamente uma nota onde afirmava: «O Partido Social-Democrata Alemão (...) espera que o Movimento das Forças Armadas se mantenha fiel aos seus princípios e ao acordo celebrado com os partidos políticos (...). O prestígio de Portugal na Europa, e mesmo para além dela, depende decisivamente da continuação do processo de democratização, existindo uma conexão directa entre este processo e a cooperação com a Europa no seu todo».⁵⁴

No final do mês foi a vez de Vasco Gonçalves sofrer as pressões europeias por causa do “caso *República*” por ocasião da sua deslocação a Bruxelas para participar numa Cimeira da NATO. Segundo contou o então Primeiro-Ministro: «Em 27 de Maio, desloquei-me à Bélgica, para a reunião anual de Presidentes e chefes de Governo da NATO, e um dos temas que mais discussões provocaram com certos representantes estrangeiros foi precisamente o caso *República*, centrado na liberdade de informação. O presidente da Câmara Municipal de Bruxelas, o ministro dos Negócios Estrangeiros belga, o Primeiro-Ministro holandês, Callaghan, na altura ministro dos Negócios Estrangeiros inglês e mais tarde Primeiro-Ministro, todos me falaram do caso».⁵⁵

E segundo Costa Gomes, aquando da sua visita a Paris, «os jornalistas franceses apenas queriam saber do *República*»; para o ex-Presidente da República, «(...)o caso estava a ser muito explorado internacionalmente, principalmente em França, onde elementos do Partido Socialista tinham feito uma enorme campanha».⁵⁶

A 27 de Maio a intensificação da revolução chegou à *Rádio Renascença*, a emissora oficial da Igreja Católica, facto que contribuiu decisivamente para esta passar à ofensiva, em crescente aproximação ao Partido Socialista. Em rigor, os conflitos entre os trabalhadores e a Administração da rádio começaram praticamente desde o dia 25 de Abril de 1974, altura em que se verificou um diferendo sobre a cobertura da chegada de

⁵³Sobre as consequências do «caso *República*» no seio do MFA, Avelino Rodrigues, Cesário Borga e Mário Cardoso escreveram: «O caso *República* colocou em confronto duas tendências que já se combatiam ao nível dos partidos e que, a partir dessa altura, passaram a defrontar-se mais abertamente dentro do MFA: os que defendiam que o sistema era determinado pela dinâmica do processo e os que pensavam que a evolução desse mesmo sistema deveria reflectir o resultado das eleições», *Portugal Depois de Abril*, ob. cit., p.205

⁵⁴Socialist Affairs, ano XXV, nº3, Maio/Junho de 1973, p.3, cit. in Juliet Antunes Sablosky, *PS e a Transição para a Democracia...*, ob. cit., p.77

⁵⁵Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Gonçalves...* ob. cit., p.171

⁵⁶Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes...* ob. cit., p.291

Mário Soares e Álvaro Cunhal a Portugal. Após o 11 de Março o problema agravou-se na sequência da decisão unilateral dos trabalhadores de repor o sinal da *Renascença* e voltar a emitir com a *Internacional* a tocar; esta acção obrigou o Governo Provisório a intervir, primeiro propondo a nomeação de uma comissão mista para garantir o funcionamento da RR, composta por representantes do MFA, 5ª Divisão e ministérios da Comunicação Social e do Trabalho, depois, prometendo ao Cardial Patriarca que a emissora voltaria ao controlo da hierarquia.⁵⁷ Porém, o “caso *Renascença*” atingiu o primeiro *clímax* a 27 de Maio, altura em que os trabalhadores ocuparam os estúdios e o centro emissor da Buraca, passando a dirigir as emissões e alterando a frase *pivot* «*Rádio Renascença* emissora católica portuguesa» para «*Rádio Renascença* ao serviço dos trabalhadores».⁵⁸

A Igreja reagiu duramente a estes acontecimentos. A 7 de Julho, o Patriarcado de Lisboa realizou uma conferência de imprensa para avisar que não ia «continuar a manter uma atitude de prudência», que a tomada à força do controlo da *Renascença* era «um atentado a uma Igreja verdadeiramente livre» podendo provocar «numa situação limite a ruptura entre a Igreja e o Estado».⁵⁹ Sete dias depois o Episcopado emitiu um comunicado colocando abertamente reservas ao processo revolucionário em curso.⁶⁰

A escalada do “caso *Renascença*”, ainda agravada pelos violentos confrontos ocorridos em frente ao Patriarcado na sequência da manifestação organizada pela UDP e pelo Sindicatos dos Gráficos e da contra-manifestação de católicos e militantes do Partido Socialista, obrigou uma vez mais o Governo a intervir, nomeando uma Comissão Administrativa para gerir a rádio até à nacionalização das estações emissoras; contudo, apenas dois dias depois, a 3 de Julho, o Conselho da Revolução desautorizou o executivo e decidiu antecipar a nacionalização da *Rádio Renascença*, não nomeando a Comissão.

O conflito em torno da emissora católica prolongou-se até às vésperas do 25 de Novembro e serviu de pretexto à Igreja para passar à ofensiva contra o processo revolucionário, muito em especial contra o PCP, juntando-se assim à luta iniciada anteriormente pelo Partido Socialista com o qual constituiu uma aliança tática

⁵⁷Esta última decisão resultou do encontro realizado a 4 de Abril entre Vasco Gonçalves e o Cardeal Patriarca durante o qual, segundo o próprio, o Primeiro-Ministro prometeu que «a *Rádio Renascença* voltaria às mãos de Igreja», o que acabou por não se concretizar pois «até a Intersindical se opôs a isso». Cit em Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa...*, ob. cit., p.233

⁵⁸Boaventura de Sousa Santos, *O Pulsar da Revolução...*, ob. cit., p.216

⁵⁹Cit. em Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução...* ob.cit., p.579

⁶⁰Boaventura de Sousa Santos, *O Pulsar da Revolução...*, ob. cit., p.218

destinada a derrotar os intentos hegemónicos de Álvaro Cunhal. E, como veremos mais adiante, esta decisão do patriarcado foi muito importante para o refluxo da revolução, sobretudo com o início da investida anti-comunista no Norte de Portugal.⁶¹

Curiosamente, no momento mais agudo desta fase do “caso *Renascença*”, Gerald Ford e Henry Kissinger encontraram-se com o Papa Paulo VI no Vaticano. O evento ocorreu a 3 de Junho de 1975, na sequência da viagem à Europa dos dois mais altos dirigentes políticos norte-americanos para participarem na Cimeira da NATO em Bruxelas, sendo Portugal justamente um dos temas da conversa que foi dominada pela preocupação de Washington com os acontecimentos da revolução portuguesa, sobretudo com os seus reflexos ao nível da Organização de Defesa do Ocidente; já a posição de Paulo VI não pode ser conhecida uma vez que as suas intervenções foram eliminadas do memorando de conversa elaborado pelo governo dos EUA.

Retomando uma vez mais a tradicional perspectiva pessimista, Kissinger começou por expressar as suas «dúvidas» sobre os «métodos utilizados por alguns países europeus» que insistiam em «auxiliar Portugal», acrescentando que «ajudar os radicais não favorecia os moderados» e a prova estava no facto de os primeiros terem tomado «o controlo do Movimentos das Forças Armadas». Deste modo, o País podia «evoluir para uma combinação de Jugoslávia e Argélia» e, «se permanecesse na NATO», podia «influenciar negativamente Itália».

Também Ford se mostrou «desapontado» com a situação em Lisboa e considerou «difícil de compreender» como um País com um executivo comunista podia «ser um parceiro numa aliança criada com o propósito de combater o comunismo», situação que podia mesmo «destruir» a NATO. Porém, o Presidente dos Estados Unidos defendeu a necessidade de «apoiar as forças democráticas e o povo português a expulsar os radicais do Governo» uma vez que, em seu entender, era «bom para a Aliança Atlântica» encorajar «as forças certas em Portugal» e contactar «as boas forças» em Espanha; e concluiu de forma significativa: «se todos pudermos ajudar o povo português a ter uma verdadeira democracia, isso pode ser um bom exemplo no futuro para a Espanha».⁶²

A intensificação do processo revolucionário, provocada em primeira instância pela decisão da aliança PCP-“gonçalvistas” de acelerar a sua revolução após as eleições

⁶¹Sobre o “caso *Rádio Renascença*” ver, em especial, Paula Borges Santos, *Igreja Católica, Estado e Sociedade 1968-1975: o Caso Rádio Renascença*, Lisboa, ICS, 2005

⁶²«Memorandum of Conversation», June 3, 1975, GFL, NSA, Caixa 12

para a Assembleia Constituinte, não obstante o importante papel desempenhado neste contexto pela extrema-esquerda, conduziu efectivamente o governo norte-americano a endurecer a sua posição para Portugal até um nível sem precedentes, levando a cabo uma intensa actividade diplomática destinada a convencer os aliados europeus a aceitarem a política de isolamento ou mesmo expulsão do País da NATO.

Logo no início de Maio, Henry Kissinger aproveitou um almoço com jornalistas europeus para transmitir um primeiro recado público à Europa Ocidental, bem como aos dirigentes portugueses, dizendo que «a possibilidade de intervenção dos Estados Unidos em Portugal» era «absolutamente de excluir», mas «a existência de um país membro da NATO com uma política externa semelhante às da Argélia ou da Jugoslávia constituía motivo da maior preocupação».⁶³ E, para que não restassem dúvidas, esta mensagem era reforçada apenas três dias depois pelo Subsecretário de Estado para os Assuntos Europeus, Arthur Hartman, ao manifestar «(...)viva preocupação com a possibilidade de Portugal seguir uma política neutralista», acrescentando que tal posição era «incompatível com a sua presença na NATO».⁶⁴

Mas foi sobretudo nas vésperas da realização de uma cimeira da NATO em Bruxelas, marcada para 30 de Maio, que os EUA subiram o tom dos seus recados. No dia 23, o próprio Presidente Gerald Ford questionou a participação portuguesa na Organização numa entrevista concedida a jornalistas europeus: «Estou preocupado com os comunistas e a sua influência em Portugal e, por esta razão, com a relação de Portugal com a NATO. Este é um assunto que certamente levantarei no encontro de Bruxelas. Não vejo como se pode ter uma presença comunista significativa numa organização que foi criada com o objectivo de enfrentar o desafio comunista do Leste».⁶⁵ No dia seguinte, Kissinger acrescentou que «uma aliança desenhada para prevenir um ataque comunista à Europa Ocidental» adquiriria «características únicas» quando «incluía no âmbito das suas decisões um Governo no qual muitos membros eram comunistas».⁶⁶

Noutro plano, mas pela mesma ocasião, o influente Senador James Buckley proferia o mais violento discurso acerca da situação portuguesa, chegando a afirmar não haver «mais nada acontecer no mundo – nem do Sudeste Asiático, nem mesmo no Médio Oriente» – que tivesse «metade da importância do avanço dos comunistas para o

⁶³Cit em João Hall Themido, *Dez Anos em Washington...*, ob. cit., p.324

⁶⁴*Ibidem*

⁶⁵Gerald Ford, *Public Papers of the Presidents of United States...*, ob. cit., p.713

⁶⁶Lester Sobel, *Portuguese Revolution 1974-1976*, New York, Facts on File, 1976, p.102

poder em Portugal»; e avisou que «acções militares contra Portugal» eram «uma opção para a NATO» caso os comunistas tomassem o poder em Lisboa.⁶⁷

5.A Cimeira da NATO

A 30 de Maio realizou-se em Bruxelas a já referida cimeira da NATO, ocasião aproveitada pelos principais líderes ocidentais para, entre outros assuntos, discutir as respectivas respostas à evolução da situação portuguesa. E na sequência dos sinais anteriores, o evento assinalou as divergências entre os aliados norte-americanos e europeus sobre a estratégia a seguir para Portugal. Outro momento que marcou a reunião da capital belga foi o encontro de Vasco Gonçalves com Gerald Ford e Henry Kissinger que contribuiu para alarmar ainda mais Washington.

Antes porém, nas vésperas da cimeira, ocorreu uma importante visita de Melo Antunes à RFA a convite do governo alemão, nesta fase activamente empenhado em contribuir para o fortalecimento das forças “moderadas” portuguesas. Neste sentido, o ministro dos Negócios Estrangeiros não só foi recebido pelos mais altos dirigentes de Bona, nomeadamente o Presidente, Walter Scheel, o Chanceler, Helmut Schmidt, o responsável pela política externa, Hans-Dietrich Genscher, e o Presidente do SPD, Willy Brandt, como obteve promessas de um empréstimo de 70 milhões de marcos para fazer face às dificuldades económicas de Portugal.⁶⁸

Mas um dos momentos mais relevantes da visita de Melo Antunes à Alemanha Federal foi o seu encontro com Henry Kissinger, organizado directamente por Genscher com o intuito de moderar a posição dos EUA e aproximá-la da visão alemã para Lisboa. De resto, ao relatar esta reunião com o dirigente português a Gerald Ford, o Secretário de Estado norte-americano não escondeu que «os alemães pressionaram no sentido de se realizar este encontro» e que teve de aceitar pois, caso contrário, «podiam deixar escapar a recusa para a imprensa».⁶⁹

A conversa entre Melo Antunes e Kissinger ocorreu na madrugada de 20 de Maio, tendo o primeiro se esforçado por explicar ao seu homólogo a evolução da revolução e a orientação externa do País com a finalidade de obter «a boa vontade dos amigos». Para ele, «os principais problemas» do processo político português eram «a

⁶⁷*Idem*, p.97

⁶⁸Referindo-se ao seu encontro com o ministro dos Negócios Estrangeiros da RFA, Melo Antunes afirmou: «[Genscher] não teve, de modo algum, uma atitude, digamos assim, crispada em relação à situação portuguesa». Maria Manuela Cruzeiro, *Melo Antunes...*, ob. cit., p.213

⁶⁹«Memorandum from Sonnenfeldt, Hartman, Atherton for Henry A. Kissinger», May 23, 1975, NA, SDR, Entry 5177, Caixa 11

resistência por parte de certos sectores, nomeadamente de pessoas ligadas ao antigo regime ou áreas económicas» que não eram «capazes de aceitar a nova situação», por um lado, e «o papel desempenhado pelos partidos políticos», particularmente «os antagonismos» entre os representados na coligação governamental, por outro. Segundo Melo Antunes, este último «problema» era especialmente grave e «acentuou-se» com a aproximação da data das eleições para a Assembleia Constituinte, tornando «claro para os militares que era impossível num curto prazo construir um modelo institucional de sociedade que reproduzisse os normais em democracias formais» e levando à «necessidade» de ter o “Pacto MFA-Partidos”. Ainda de acordo com a explicação do ministro português, após o sufrágio a luta entre o PS e o PCP agudizou-se ainda mais uma vez que «o Partido Comunista começou a contestar a interpretação dos resultados das eleições», tendo-se a confrontação «transferido para o interior do próprio Movimento da Forças Armadas». Perante este cenário, o responsável pela política externa de Portugal não escondeu que tinha «profundas preocupações com a situação política» e esperava «a boa vontade dos amigos».

Questionado por Kissinger acerca da natureza das suas «preocupações», Melo Antunes queixou-se das movimentações de «grupos extremistas», culpando especialmente o PCP que tinha adoptado «uma linha muito radical». Segundo ele, a direcção que o MFA estava a tentar seguir podia «ser perturbada por alguns grupos extremistas» que podiam «transformar o País em algo semelhante à Europa de Leste» ou ao que «existia anteriormente»; nomeadamente, «o Partido Comunista tinha uma linha muito radical», podia empurrar Portugal nessa direcção e «à medida que essa tendência era sentida com mais força» havia maior risco de, por reacção, «se regressar ao fascismo».

Mas este esforço de Melo Antunes não foi suficiente para remover as preocupações do Secretário de Estado americano com os reflexos da revolução portuguesa ao nível da Aliança Atlântica. Como habitualmente, o seu primeiro motivo de inquietação residia no PCP que podia estar a usar o MFA para transformar Portugal num País que, mesmo não fazendo parte do bloco comunista, era dominado por eles; afirmou Kissinger: - «Deixe-me dizer-lhe o que nos preocupa. Eu aceito que a intenção do Movimento das Forças Armadas é aquela que diz. Mas ninguém pode ser completamente apartidário. Deste modo, é muito possível que o Partido Comunista, que vocês pensam que estão a usar, esteja a usar-vos. (...) Assim, o que eu receio é algo semelhante à Jugoslávia – não parte do bloco comunista, mas dominada pelos

comunistas». Em segundo lugar, havia a apreensão com a participação portuguesa na Organização de Defesa do Ocidente, agravada por recentes declarações do próprio Melo Antunes no sentido de que a presença de Lisboa na NATO era uma protecção contra os EUA; não deixando escapar esta inusitada posição, o Secretário de Estado comentou com evidente ironia: - Alguém afirmou, talvez o ministro dos Negócios Estrangeiros, que Portugal ia continuar na NATO como uma protecção contra os Estados Unidos. Isso é um novo propósito para a NATO. Isso diminui o nosso interesse na NATO. Não sei que protecção precisam contra os Estados Unidos». Finalmente, havia o receio das consequências de uma política externa portuguesa neutralista, semelhante à da Argélia, pois para Kissinger «uma coisa era ter uma política externa como a de Boumedienne, outra coisa era ter uma política externa como a de Boumedienne e estar na NATO».

A explicação de Melo Antunes sobre a não existência de contradição entre uma orientação externa voltada para o “Terceiro Mundo” e a pertença à Aliança Atlântica acabou por constituir o momento decisivo do encontro. Para ele, Portugal estava «melhor posicionado para compreender o diálogo entre os países em desenvolvimento e os industrializados» e podia «ser uma ponte ou ligação entre a Europa e África» pois era um Estado europeu, mas tinha laços especiais com as ex-colónias africanas. Ora, a principal preocupação de Kissinger residia justamente na hipótese de instauração em Lisboa de um regime militar, com forte influência comunista e uma orientação “terceiro-mundista” uma vez que isso dividiria os aliados norte-americanos e europeus sobre a forma de lidar com o País, com os segundos muito provavelmente a recusar a sua exclusão da NATO.⁷⁰

Não é assim de estranhar a impressão com que Kissinger ficou de Melo Antunes, tal como transmitiu ao Presidente Ford quatro dias após este encontro em Bona. Para ele, o ministro dos Negócios Estrangeiros português era «bastante duro, não comunista, mas tinha uma concepção ingénua de Portugal como ponte entre o Ocidente e os países em desenvolvimento», bem como «acerca do futuro da democracia».⁷¹ Não obstante, o Secretário de Estado propôs a Melo Antunes que mantivessem «um canal de

⁷⁰«Memorandum of Conversation», May 20, 1975, NA, SDR, Entry 5177, Caixa 11

⁷¹«Memorandum from Sonnenfeldt, Hartman, Atherton for Henry A. Kissinger», May 23, 1975, NA, SDR, Entry 5177, Caixa 11

comunicação directa» para o envio de «qualquer mensagem ou ideia» e convidou-o a visitar Washington nos meses seguintes.⁷²

Esta iniciativa promovida pelos governantes alemães não foi suficiente para alterar desde logo a posição dos EUA; na realidade, o pessimismo americano relativamente a Portugal acentuou-se mesmo no início dos trabalhos da Cimeira da NATO em consequência do encontro realizado já na capital belga entre Ford, Kissinger e Vasco Gonçalves que correu claramente mal.

A reunião foi aconselhada por Frank Carlucci num telegrama enviado para o Departamento de Estado a 28 de Maio com a justificação de que «Gonçalves era provavelmente o homem mais importante de Portugal» e o encontro ia «estipular o tom das relações entre os dois governos durante o próximo ano»; nesse sentido, o Embaixador em Lisboa não só se empenhou pessoalmente na sua realização, como procurou transmitir ao seu governo todas as informações sobre o Primeiro-Ministro português para que a conversa corresse bem. Sobre a personalidade de Vasco Gonçalves começou por escrever que era «complexa e controversa» e acrescentou de modo curioso: «apesar de terem havido relatos de que ele é mentalmente desequilibrado e está claramente cansado (...) não encontro nenhuns sintomas óbvios disso nas minhas conversas com ele, pelo contrário, apesar de ser emocional e idealista, é também atento e inteligente». Já relativamente a questão crucial de saber se o líder do executivo português era ou não comunista, o diplomata afirmou de modo igualmente interessante: «Apesar de existirem aqueles que dizem que ele é um comunista, nós na Embaixada não temos nenhuma evidencia segura disso; ele é inquestionavelmente um nacionalista esquerdista, simpatizante do MDP». Indo mais longe, Carlucci aconselhou Ford e Kissinger a concentrarem-se nas questões relacionadas com a Aliança Atlântica, evitando fazer comentários acerca da situação interna de Lisboa, pois «o melhor resultado» era Vasco Gonçalves «deixar a conversa com a forte impressão de que o governo dos Estados Unidos não pretendia interferir nos esforços de criar justiça social em Portugal» mas não ia «tolerar qualquer enfraquecimento do sistema de segurança na Europa». E, referindo-se concretamente ao problema da participação portuguesa na NATO, o Embaixador comentou: «devemos dizer no início da conversa que aceitamos totalmente a declaração do Governo português de que vai manter os seus compromisso com a NATO. Esta não é a questão. A questão que parece estar a emergir é a de uma

⁷²«Memorandum of Conversation», May 20, 1975, NA, SDR, Entry 5177, Caixa 11

divergência fundamental de perspectivas sobre o carácter da Aliança. Pensamos que uma política de *détente* tem de ser baseada numa NATO forte que resiste à agressão comunista, quer no seu interior, quer no exterior. O Governo português tem, aparentemente, uma diferente concepção da ameaça comunista e acredita que não-alinhamento e coligações com os comunistas são consistentes com uma NATO que tem inevitavelmente de mudar o seu carácter».⁷³

Não obstante o governo dos EUA ter acabado por aceitar a realização do encontro, a perspectiva dominante em Washington era diferente da defendida por Carlucci e por isso os seus conselhos de moderação foram ignorados. Num memorando de Kissinger para Ford elaborado nas vésperas do evento recomendava-se logo na introdução que a conversa com Vasco Gonçalves fosse aproveitada para «afirmar a franca preocupação com os danos à integridade da Aliança provocados pela participação formal de comunistas no Governo de um País membro da NATO».

Na realidade, os termos usados no documento eram bastante duros. No ponto dedicado ao *background* da reunião começava-se por avaliar Vasco Gonçalves como «um dos principais radicais do Movimento das Forças Armadas» e defensor da «eventual saída de Portugal da NATO». Também as apreciações sobre o seu executivo eram significativas: «O Governo português inclui quer comunistas, quer neutralistas. Esta combinação, coloca sérios problemas à segurança da informação sensível da NATO. Num contexto mais vasto, isso suscita importantes questões sobre o possível precedente que pode fixar para os italianos (que têm os seus próprios problemas internos com os comunistas) e outros que podem considerar politicamente adequado aceitar comunistas nos seus Governos. Tal desenvolvimento vai requerer uma reavaliação fundamental do conjunto dos membros e do carácter da Aliança Atlântica». Ainda neste ponto, comentava-se com especial interesse que o MFA «tinha dado o que podia ser o primeiro passo para remover o Presidente Costa Gomes por causa das suas simpatias pelos socialistas» e que «o seu potencial sucessor devia ser Rosa Coutinho».

O memorando de Kissinger prosseguia com a recomendação dos assuntos a abordar por Geral Ford durante a sua conversa com Vasco Gonçalves. Em relação à NATO, o Presidente dos EUA devia deixar claro que «considerava difícil conciliar a

⁷³«Lisbon, 2970, May 28, 1975», GFL, PCF, Caixa 11. De acordo com dois telegramas enviados pelo Embaixador português em Washington para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, Carlucci não só «aconselhou a realização deste encontro», como «aconselhou o Presidente Ford a conduzir a conversa com o Primeiro-Ministro no sentido de exprimir confiança na revolução». AHD, PEA, n°387, 19 de Maio de 1975; AHD, PEA, n°423, 28 de Maio de 1975

participação formal de ministros comunistas no Governo português com o estatuto de membro da Aliança Atlântica» pois esta existia para «defender instituições democráticas» e «combater o comunismo». Já no campo do relacionamento bilateral entre Lisboa e Washington, Ford devia exprimir «preocupação com a política anti-americana repetidamente demonstrada pelo Governo português», nomeadamente «as declarações por ocasião da retirada dos Estados Unidos da Indochina, os ataques ao pessoal da Embaixada em Lisboa, as acusações de envolvimento da CIA no País e de guerra económica». Mas, ainda neste ponto, eram especialmente interessantes as observações sugeridas sobre as nacionalizações, devendo o líder máximo de Washington comentar que compreendia «a motivação política por detrás do programa de nacionalização» mas que Portugal devia perceber que isso tinha «os seus custos em termos do clima de investimentos e da incerteza económica em geral».

Outros dois assuntos importantes a abordar eram os Açores e a descolonização de Angola. Relativamente ao primeiro, Ford devia transmitir que os Estados Unidos «estavam prontos para recomeçar as negociações sobre a renovação do acordo da base açoriana» das Lajes e consideravam que esta «desempenhava um papel muito útil na defesa do Ocidente»; e a este respeito devia ainda acrescentar que a posição norte-americana sobre os movimentos separatistas açorianos era de «absoluta neutralidade» pois tratava-se de um assunto «estritamente português» no qual «os EUA não estavam de modo nenhum envolvidos». Igualmente neutral era a atitude face a Angola uma vez que «a transição devia passar por um trabalho conjunto entre os três movimentos de libertação» e Washington esperava ter «relações amigáveis com uma Angola independente».⁷⁴

Podemos então perceber que o estado de espírito dominante nos Estados Unidos na véspera do encontro de Ford e Kissinger com Vasco Gonçalves era claramente desfavorável a Portugal e o diálogo então havido não só não contribuiu para melhorar este estado de coisas como acentuou mesmo as desconfianças em ambos os lados.

A conversa mantida a 29 de Maio em casa do Embaixador dos EUA em Bruxelas não podia ter sido mais significativa. Questionado logo no início pelo Presidente americano acerca dos seus pontos de vista sobre a Organização de Defesa do Ocidente, o Primeiro-Ministro português afirmou: - «Antes de tudo, com toda a franqueza, deixe-me dizer que nós não somos um “Cavalo de Tróia” na NATO. Como

⁷⁴«Memorandum from Henry A. Kissinger for the President», May 29, 1975, FOIA

já declarámos publicamente, vamos cumprir os nossos compromissos e obrigações na NATO. Pensamos que isso é particularmente importante e não pretendemos que haja uma mudança na balança de poder. (...) Aquilo que queremos é uma política nacional independente e pensamos que ela está directamente ligada a uma melhoria nas relações, mas não se a balança de forças for alterada. Reconhecemos o contexto político em que estamos inseridos. Somos europeus, mas temos também ligações especiais aos nossos anteriores territórios africanos. Pensamos que podemos dar um contributo tornando-nos uma ligação entre os países desenvolvidos e os países menos desenvolvidos em África. Mas pretendo sublinhar outra vez que estamos aqui para demonstrar que cumprimos os nossos compromissos e não pretendemos enfraquecer a NATO. Na realidade, o nosso regime democrático dá à NATO uma melhor imagem global do que a anterior».

Apesar destas repetidas garantias, Gerald Ford insistiu nas preocupações dos Estados Unidos com os possíveis reflexos da situação portuguesa na Aliança Atlântica; e numa clara referência aos assuntos internos de Lisboa, acrescentou a sua apreensão com o facto do resultado das eleições para a Assembleia Constituinte (a que chamou de referendo) não ter tido consequências. Afirmou ele: «Os Estados Unidos apoiaram fortemente a NATO como uma aliança de governos livres que trabalham em conjunto. Investimos muito neste relacionamento. (...) Ficámos muito satisfeitos com o voto no referendo e pensamos que ele é uma expressão genuína da vontade do povo português. (...) Todavia, estamos preocupados com o facto de os votos não parecerem reflectir-se em certos elementos e, assim, existe a possibilidade deles não serem bons parceiros da NATO». Interrompido por Vasco Gonçalves para perguntar se se estava a referir à presença do PCP no Governo Provisório, Ford acrescentou de forma mais categórica: «O que nos preocupa é que a influência comunista em Portugal vai reflectir-se na própria NATO. (...) Compreende que nós não podemos tolerar uma influência comunista na NATO».

O chefe do executivo de Lisboa negou que isso pudesse acontecer e embrenhou-se numa longa explicação acerca do caso português que designou de «processo muito complicado». Segundo ele, Portugal encontrava-se num período de transição durante o qual «o poder político estava separado do poder militar». O Presidente da República, Costa Gomes, que era também o CEMGFA, tinha a seu cargo o poder militar e, logo, todas as questões ligadas à NATO dependiam directamente dele. Depois, havia o Governo Provisório que não tinham qualquer competência em matérias de âmbito

militar. No topo desta estrutura estava o Conselho da Revolução que era composto apenas por militares que tinham a sua própria ética.

Este foi o momento decisivo do encontro. Informado sobre a infiltração de elementos do PCP no seio do MFA, o presidente americano questionou directamente o dirigente português sobre se estava a «afirmar que não havia comunistas nas Forças Armadas e, assim sendo, Portugal era um membro da NATO em quem se podia confiar»; a reacção de Henry Kissinger foi ainda mais significativa: - «a complexidade do sistema que descreveu está para lá de tudo o que eu estudei como cientista político. (...) Porque estão os comunistas no Governo? Porque há pressões para ter os comunistas no Governo se não há comunistas nas Forças Armadas?».

Após reafirmar que as Forças Armadas eram «fortemente não partidárias», Vasco Gonçalves voltou-se de novo para o sistema político português, explicando que por força do pacto entre o MFA e os partidos políticos a nova Constituição provisória ia ter uma Assembleia Legislativa, livremente eleita, e uma Assembleia do MFA, contudo, nenhuma delas controlava o Governo, cabendo esta função «ao Conselho da Revolução, presidido pelo Presidente da República». Este sistema mantinha-se durante o período de transição de 3 a 5 anos, altura em que era aprovada uma nova Constituição.

A resposta de Kissinger foi de novo paradigmática: - «Como professor de ciência política não acredito que alguma vez tenha ouvido falar de um sistema tão complexo. (...) Quem pensou este sistema? Todos nós temos muita admiração pela sua natureza complexa».⁷⁵

O encontro de Ford e Kissinger com Vasco Gonçalves correu francamente mal, tendo contribuído para acentuar ainda mais as desconfianças de Washington em relação ao futuro de Portugal. O Presidente dos EUA não podia ter ficado pior impressionado com o Primeiro-Ministro português, referindo-se várias vezes a ele em tons depreciativos. Logo no dia seguinte, durante a conversa com Harold Wilson e James Callaghan, afirmou: - «Quanto a Portugal, estamos preocupados. Ontem foi-me dito

⁷⁵«Memorandum of Conversation», May 29, 1975, NA, SDR, Entry 5177, Caixa 11. Referindo-se a este acontecimento, afirmou Vasco Gonçalves: «O final do encontro, embora correcto, foi visivelmente inamistoso por parte do Presidente Ford. É que ele queria, quase explicitamente, que eu garantisse que, apenas chegado a Lisboa, afastaria os comunistas do Governo». Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Gonçalves...*, ob. cit., p.264

que não havia influência comunista no Movimento das Forças Armadas. Claro que é um disparate. Além disso, recebi uma longa aula de direito constitucional».⁷⁶

Nas suas memórias, Henry Kissinger recordou este acontecimento nos seguintes termos: «O estado de espírito de muitos dos novos dirigentes tinha expressão exemplar no Coronel Vasco dos Santos Gonçalves (...) que, se não era um comunista assumido e filiado, seria para não ter de pagar as cotas do partido. Numa cimeira da NATO, em 1975, ele afirmou a Ford que os partidos democráticos não-comunistas não eram verdadeiramente democráticos pois, por definição, cada um deles representava apenas o ponto de vista de um mero segmento do eleitorado. Gonçalves dizia defender uma visão suprapartidária da política que era mais integradora – um conceito vindo directamente de Lenine, ainda que Lenine não fosse tão ingénuo ao ponto de falar de semelhante forma a um Presidente norte-americano».⁷⁷

Como referimos anteriormente, a Cimeira da NATO ficou ainda assinalada pela tentativa dos dirigentes norte-americanos convencerem os seus colegas europeus ocidentais a aceitarem a política de isolamento de Portugal na NATO, ou mesmo num extremo a sua expulsão, e pelas resistências dos últimos à posição de Washington, destacando-se neste plano a RFA.

Existem a este respeito vários registos importantes, como por exemplo o trabalho desenvolvido pelo investigador americano, Tad Szulc, segundo o qual os EUA pretendiam transformar a Cimeira de Bruxelas numa «*performance* anti-portuguesa» tendo os europeus transmitido ao Departamento de Estado a sua oposição a este propósito.⁷⁸ Igualmente relevante é o testemunho de Helmut Schmidt que, referindo-se nas suas memórias ao encontro com Ford em Bruxelas, escreveu: «Em 1975 uma das nossas (...) diferenças de opinião residia na questão da atitude a tomar para com Portugal e Espanha (...). Em ambos os casos, Bona apostou em mudanças positivas e tentou contribuir para esse fim, enquanto Washington estava céptica. Mas influenciados pelos europeus, Ford e Kissinger escolheram, de facto, não tirar as consequências que lhes pareciam óbvias».⁷⁹

⁷⁶«Memorandum of Conversation», May 30, 1975, GFL, NSA, Caixa 12

⁷⁷Henry Kissinger, *Anos de Renovação...*, ob. cit. p.558

⁷⁸Tad Szulc, «Lisbon & Washington»..., ob. cit., p.46

⁷⁹Helmut Schmidt, *Men and Powers*, New York, Random House, 1989, pp.167-69. Neste livro, Schmidt conta ainda que Ford lhe perguntou: - «Que contributo podem os EUA dar que seja útil à evolução da situação portuguesa», tendo ele respondido: - «Impedir uma intervenção directa da União Soviética em Portugal». *Idem*, p.168.

Na realidade, tal como testemunhou o chanceler da RFA, não só emergiram em Bruxelas as divergências há muito latentes entre os aliados dos dois lados do Atlântico acerca da revolução portuguesa, como os europeus ocidentais exerceram uma influência decisiva para moderar a linha dura norte-americana. Segundo comunicou Arthur Hartman a João Hall Themido pouco depois da Cimeira da NATO, apesar das «dificuldades em compreender algumas posições portuguesas», os Estados Unidos «seguiriam em relação a Portugal a mesma política que os países da Europa Ocidental, de confiança no MFA, e, além disso, prosseguiriam o programa de ajuda económica».⁸⁰ E mais importante de tudo, como veremos posteriormente, de acordo com uma notícia publicada a 25 de Setembro no *The New York Times* «na sequência da Cimeira da NATO de 30 de Maio em Bruxelas, e depois de consultas com os governos oeste-europeus», a Administração dos EUA «decidiu associar-se aos apoios ao PS», sendo «os fundos americanos canalizados pela CIA através de partidos e sindicatos socialistas da Europa Ocidental».⁸¹

6.«Possível golpe dos separatistas açorianos»

A 31 de Maio de 1975, o director da CIA, William Colby, elaborou um memorando para Kissinger alertando para «um possível golpe dos separatistas açorianos». De acordo com as suas informações, a Frente de Libertação dos Açores (FLA), conjuntamente com algumas unidades militares do arquipélago, estava a preparar «para os próximos dias uma tentativa de golpe destinada a separar os Açores do controlo de Portugal». Para Colby, a iniciativa podia ter no imediato algum sucesso, sobretudo porque «a larga maioria da população ia concordar com o movimento, se não mesmo apoiá-lo», contudo, era de esperar que «o Governo português reagisse rapidamente para reprimir o golpe e, provavelmente, com sucesso». De resto, havia poucas dúvidas de que «a reacção da Metrópole ia ser dura» pois o executivo de Lisboa «considerava os Açores como parte integrante de Portugal» e o MFA «encarava um golpe nos Açores como um desafio directo à sua liderança e como um exemplo que se podia espalhar a outras partes do País»; além disso, havia informações de que o general Spínola podia usar o arquipélago «para lançar o seu próprio esforço de recuperação do poder». O director da Agência alertou ainda o Departamento de Estado que as

⁸⁰AHD, PEA, n.º457, 10 de Junho de 1975. Ver o capítulo seguinte para um desenvolvimento da política da Europa Ocidental para a transição portuguesa

⁸¹*The New York Times*, September 25, 1975

autoridades portuguesas iam «culpar os EUA pelo golpe» e, caso ele falhasse, «os esforços para renegociar as facilidades na Base das Lajes iam-se complicar, talvez fatalmente»; e avisou que a iniciativa «ia provocar acusações em muitos círculos europeus ocidentais de cumplicidade dos Estados Unidos». A reacção da Europa Ocidental era aliás valorizada por William Colby que acrescentou no final do memorando: «Muito europeus ocidentais estão alarmados com as tendências em Portugal, mas não desistiram do País e muitos condenarão um alegado papel dos EUA [nos Açores] como um acto não amigável para com um aliado da NATO. Esta opinião vai ser mais pronunciada na esquerda (incluindo os socialistas), na imprensa e nos parlamentos do que nos Governos europeus, mas vai constituir uma complicação política na NATO. Há poucas probabilidades de que qualquer nação europeia apoie o golpe e provavelmente nenhuma vai reconhecer um Governo açoriano independente, a não ser que tenham desistido de Portugal como um membro da NATO e o movimento independentista tenha claramente consolidado o seu controle».⁸²

Henry Kissinger reagiu nesse mesmo dia ao alerta produzido pela CIA dando instruções claras ao seu consulado em Ponta Delgada para «voltar a enfatizar a posição de estrita neutralidade dos Estados Unidos» e deixar bem claro que a FLA não devia «esperar qualquer ajuda do governo dos EUA nem elaborar os seus planos na expectativa dessa assistência».⁸³ Ou seja, o Secretário de Estado afirmava aquela que foi, no essencial, a política de Washington para a questão dos Açores: não apoiar os movimentos separatistas locais; porém, como veremos, isso não queria significar que a Administração Ford excluía à partida a hipótese de apoio ao arquipélago no caso de ele se tornar independente em consequência da correlação de forças internas.

Seis dias depois deste alerta dos serviços secretos verificaram-se graves incidentes em Ponta Delgada na sequência de uma grande manifestação organizada pela FLA que reuniu milhares de pessoas e paralisou a cidade durante várias horas. A iniciativa surgiu com o pretexto de reivindicar a revisão da política do executivo de Lisboa de fixação dos preços do leite, carne e outros produtos, contudo, rapidamente se

⁸²«Intelligence Alert Memorandum: Possible Coup Attempt by Azorian Separatists», Memorandum from The Director of Central Intelligence Agency for the Honorable Henry Kissinger, May 31, 1975, www.cia.gov

⁸³«Outgoing Telegram, 02075, May 31, 1975», FOIA

transformou numa acção contra o MFA e a favor da independência dos Açores, levando mesmo à demissão do Governador Borges Coutinho.⁸⁴

Este incidente marcou uma escalada na situação do arquipélago que acompanhou assim a evolução do processo político do continente. Todavia, praticamente desde o golpe de Estado militar de 25 de Abril que houve agitação nas ilhas açorianas, podendo-se encontrar em Maio de 1974 as primeiras informações relativas à emergência de movimentos separatistas, com a revista *Newsweek* a publicar na sua edição do dia 19 desse mês uma notícia sobre a existência de grupos defensores da emancipação dos Açores, bem como da Madeira.⁸⁵

A 25 de Maio de 1974 surgiram os primeiros relatos oficiais norte-americanos a este respeito através de um telegrama enviado pelo Cônsul em Ponta Delgada para o Departamento de Estado com o título sugestivo de «Movimento para a Independência dos Açores». Nele deu conta que foi «abordado por Nuno Vasco Câmara, membro de uma das famílias mais antigas e ricas de São Miguel, com o objectivo de obter o apoio dos Estados Unidos para a independência dos Açores», fazendo-o em nome de «um grupo ainda pequeno e não muito organizado» mas que podia «vir a obter um largo apoio entre a população local». Tratava-se do Movimento para a Autodeterminação do Povo Açoriano (MAPA) que tinha já várias iniciativas previstas como «a publicação em breve de um manifesto exigindo a autodeterminação para os Açores», a realização de «encontros públicos em São Miguel» e a «tomada do controlo do jornal diário *Açores*». Para tal, Nuno Vasco Câmara «planeava visitar muito em breve os Estados Unidos», onde «pretendia conversar com funcionários do Departamento de Estado» para tentar garantir auxílio americano; além disso, ia também encontrar-se com Edmundo Diniz, «um político de New Bedford», esperando «obter apoio e dinheiro da comunidade açoriana sediada em New England». Ainda segundo este telegrama, o Consulado respondeu a Vasco Câmara que «se os EUA fossem confrontados com uns Açores independentes podiam hipoteticamente estar disponíveis para dar algum apoio, mas havia muito poucas possibilidades de os Estados Unidos virem a apoiar a separação dos Açores de Portugal». E o Cônsul em Ponta Delgada terminou com uma

⁸⁴A respeito desta manifestação da FLA vale a pena transcrever parte do editorial publicado no jornal *Açores* a 7 de Junho: «Milhares de pessoas, centenas de veículos, uma ilha inteira, levantou a sua voz e, contra todas as proibições, organizou-se uma das mais grandiosas e significativas manifestações de que há memória. Os gritos de independência cedo ultrapassaram todas as outras reivindicações. Os gravíssimos problemas da lavoura, a exigência de demissão do chefe do distrito, tudo depressa passou a segundo plano para, a uma só voz, se gritar independência». Cit em José Medeiros Ferreira, *Portugal em Transe...* ob. cit., p.182

⁸⁵*Newsweek*, 19 de Maio de 1974

recomendação significativa para o seu Embaixador em Lisboa: «pode querer falar com João Bosco Mota Amaral, que Câmara alega ser favorável à ideia de independência, embora ele não tenha assumido nenhum compromisso».⁸⁶

Doze dias depois do envio deste telegrama surgiu oficialmente o MAPA, através da publicação no jornal *Correio dos Açores*, propriedade de Medeiros e Almeida, do manifesto «O Movimento de Autodeterminação do Povo Açoriano» que reclamava justamente a autodeterminação do arquipélago.⁸⁷ Nessa mesma ocasião, Mota Amaral conversou com a Embaixada norte-americana na capital portuguesa afirmando que «tinha sido abordado por Vítor Cruz que lhe havia dado uma cópia do manifesto» e acrescentando: «embora em algum momento no futuro, dependendo do que acontecer em Portugal, possa valer a pena pensar sobre a independência dos Açores, no presente não se deve tomar muito a sério o movimento para a independência dos Açores».⁸⁸

Mas foi apenas em Março de 1975, ou seja na sequência do fracasso do golpe militar de Spínola, que se começou a falar seriamente da independência do arquipélago, sobretudo após o aparecimento da FLA com o seu “Governo Provisório Clandestino”, a que se seguiu o Comité Açoriano 75, em Fall River, Massachusetts.⁸⁹

Logo a 2 de Abril, Frank Carlucci transmitiu a Washington ter recebido informações que apontavam para a preparação de «uma acção armada nos Açores» por parte dos grupos de portugueses exilados em Espanha e do MAPA. De modo inequívoco, o Embaixador aconselhou o Departamento de Estado não só a afastar-se destes movimentos, como mesmo a apoiar o Governo português contra as acções daqueles em caso de necessidade pois «os grupos dissidentes da extrema-direita só prejudicavam a política dos EUA nos Açores, tal como o faziam em Portugal Metropolitano».

Quanto à acção armada, o diplomata não tinha dúvidas de que ela estava condenada ao fracasso. Em primeiro lugar porque «a assumpção por parte dos conspiradores em Espanha» de que iam «ser capazes de estimular um levantamento militar na Metrópole após conquistarem os Açores» era «um sonho impossível», pois «mesmo no caso improvável de eles conseguirem estabelecer-se nos Açores» não era «crível que o povo de Portugal se mobilizasse pela sua causa». Em segundo lugar

⁸⁶«Ponta Delgada, 090, May 25, 1974», FOIA

⁸⁷Boaventura de Sousa Santos, *O Pulsar da Revolução...*, ob. cit. p.112

⁸⁸«Lisbon, 2300, June 6, 1974», FOIA

⁸⁹Onésimo Teotónio Almeida, «Açores entre Portugal e os EUA. Equívocos de um período quente (1975-76)», em António José Telo (coord.), *O Fim da Segunda Guerra Mundial e os Novos Rumos da Europa*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996, p.44

porque «a pretensão dos membros do MAPA de mobilizar a largamente passiva população dos Açores numa tentativa de obter a independência da Metrópole» era «muito duvidosa». Finalmente porque «os grupos conspirativos estavam penetrados por “esquerdistas” e o Governo português tinha conhecimento das suas actividades».

Para Carlucci as consequências previsíveis deste tipo de movimentações eram muito negativas para Washington. Desde logo, se Lisboa encontrasse substância «nas suspeições já existente» de que os EUA estavam «a apoiar o MAPA e outros grupos de extrema-direita», os «direitos na Base das Lajes podiam estar em perigo de rápido termo». Ainda a considerar eram «os efeitos de possíveis revelações ou mesmo acusações de apoio ao movimento separatista dos Açores nos países de todo o mundo onde existiam base militares americanas».

Também em Portugal os efeitos podiam ser bastante contra-producentes pois se qualquer destes grupos levasse a cabo uma acção armada e falhasse, como quase de certeza aconteceria, Portugal ia «assistir à repetição dos acontecimentos do pós-golpe fracassado de 11 de Maio com mais uma guinada brusca para a esquerda e o descrédito dos aliados e apoiantes dos Estados Unidos que ainda restavam no País».

Dada esta avaliação, o Embaixador recomendava a adopção rápida das seguintes acções: «a) Informar os grupos exilados em Espanha que os EUA não só não vão apoiá-los, como podem mesmo ser obrigados a auxiliar o Governo português, fornecendo-lhe meios de transportes e provisões, caso eles tentem qualquer coisa nos Açores. B) A Embaixada deve ser autorizada a dizer ao Governo português que tem informações de que grupos não identificados de conspiradores em Espanha estão a planear qualquer coisa nos Açores e que nós temos tentado fazer-lhes chegar a informação de que nos vamos opor activamente aos seus esforços. C) Através de canais apropriados temos de informar o MAPA de que o Governo dos Estados Unidos se opõe firmemente a quaisquer actividades separatistas».⁹⁰

Catorze dias depois, numa reunião do *staff* de Henry Kissinger, Arthur Hartman informou o Secretário de Estado que o Departamento de Assuntos Ibéricos foi contactado por açorianos residentes nos EUA que estavam a preparar «uma declaração exigindo autonomia ou, possivelmente, independência». A reacção do responsável pela política externa de Washington não podia ter sido mais interessante: - «Você vai

⁹⁰ «Lisbon, 1878, April 2, 1975», GFL, PCF, Caixa 11

assegurar que nós não vamos rejeitar automaticamente isso. Não estou a dizer que devemos aprová-lo».⁹¹

Segundo o historiador José Medeiros Ferreira, ainda em Abril, Jean-Denis Raingeard, identificado por fontes da CIA como um operacional da OAS francesa, deslocou-se aos Estados Unidos com um plano com para destabilizar a situação nos Açores conhecido por “The Usine Plan”, tendo chegado a encontrar-se com um assessor do então Conselheiro Nacional de Segurança, Brent Scowcroft. Porém, aconselhado por Carlucci, este último recomendou ao seu governo que não se envolvesse no plano em questão.⁹²

Mas, como referimos anteriormente, foi essencialmente a partir de Maio de 1975 que os acontecimentos nos Açores se precipitaram.⁹³ A 31 desse mês surgiram as já citadas informações sobre um possível golpe de separatistas; a 6 de Junho ocorreram os graves incidentes em Ponta Delgada; a 20 de Julho as sedes do PCP e do MDP naquela cidade foram assaltadas; a 6 de Agosto a sede do MDP na capital de São Miguel foi incendiada; onde dias depois este tipo de acção estendeu-se a todos os partidos de esquerda; a 19 de Agosto foram destruídas sedes do PCP, MDP e MES em Angra do Heroísmo; no dia 25 desse mês os membros do Partido Comunista foram expulsos da Horta.⁹⁴

Em paralelo com estes acontecimentos no arquipélago assistiu-se a uma crescente agitação na comunidade açoriana residente nos EUA onde «os movimentos pró-independência estavam a ganhar terreno». Deste modo, no início de Junho realizou-se uma manifestação em Boston contra o ministro português da Comunicação Social, aproveitando o pretexto oferecido pela visita daquele aos Estados Unidos, que acabou por ser dominada por reivindicações separatistas. Pela mesma ocasião, foi criado o “Comité Açoriano 75” com o objectivo de «apoiar os movimentos que lutavam pela independência do Açores», ao mesmo tempo que elementos luso-americanos de origem

⁹¹ «The Secretary’s Principals and Regionals Directors Staff Meeting», April 16, 1975, NA, SDR, Entry 5177, Caixa 6

⁹² José Medeiros Ferreira, *Portugal em Transe...* ob. cit., p.186

⁹³ Onésimo Teotónio Almeida escreveu a este respeito: «Entre Maio e Outubro de 1975, quando o processo político em Portugal Continental se desenrolava velozmente e o domínio comunista surgia como uma ameaça iminente e imparável, as forças conservadoras açorianas mobilizaram uma mistura dos antigos sentimentos anti-centralistas e autonómicos com os ressentimentos de quinhentos anos de esquecimento por parte do governo central, a que se aliaram as convicções de uma população profundamente religiosa. A tudo isso se juntou ainda uma velha simpatia popular pela América, que laços de sangue haviam solidificado ao longo de século e meio de emigração». Onésimo Teotónio Almeida, «Açores entre Portugal e os EUA...», ob. cit., p.44

⁹⁴ Boaventura de Sousa Santos, *O Pulsar da Revolução...*, ob. cit. pp.232-52

açoriana procuravam «a ajuda do Congresso para criar um governo provisório no exílio».⁹⁵ E, a partir de meados desse mês, a situação agravou-se ainda mais, registando-se ameaças de rapto do Cônsul em Boston ou de funcionários do Consulado e da Embaixada e a entrega de uma carta ao primeiro cujo conteúdo constituía um verdadeiro ultimato: «(...)os açorianos abaixo-assinados radicados nos EUA lembram a vossa o direito humano sagrado que assiste aos açorianos de quererem escolher eles, e somente eles, o futuro que melhor convier para a sua terra. Ofendidos na sua dignidade e sentindo repulsa no processo adoptado na prisão de patriotas açorianos, vimos exigir de vossa uma explicação digna sobre as evidências que levaram ao Governo de Lisboa a tal atitude que só lembra a PIDE de sinistras recordações. Se, depois do prazo de 24 horas, não tivermos recebido as exigidas explicações a que temos direito, deixaremos que a numerosa comunidade açoriana da Nova Inglaterra tome as medidas que julgar convenientes relativamente à sua pessoa e a esse Consulado».⁹⁶

Nas suas memórias, João Hall Themido comentou estes desenvolvimentos deixando em aberto a hipótese de os EUA poderem estar a apoiar as acções dos emigrantes açorianos residentes nesse país. Escreveu ele: «(...)os Açores são importantes para os Estados Unidos, que aí têm o uso de uma base, por ser o território europeu mais próximo daquele país e estar integrado na área dos seus interesses estratégicos. Por essa razão, a segurança americana exige que essas ilhas não estejam em mãos inimigas. A agitação de que me apercebi na comunidade de origem açoriana residente nos Estados Unidos, com ênfase em soluções emancipadoras, não me pareceu inocente».⁹⁷

Na realidade, houve elementos no Congresso, como o Senador Jesse Helms, no Departamento de Defesa e na CIA que encorajaram os movimentos separatistas.⁹⁸ Além disso, o próprio Presidente Gerald Ford não excluiu a hipótese de apoiar uns Açores independentes, tendo chegado a perguntar a Helmut Schmidt durante o encontro em Bruxelas por ocasião da Cimeira da NATO: - «Como reagiriam os europeus se os Açores se separassem de Portugal e se tornassem independentes?».⁹⁹

⁹⁵AHD, PEA, nº442, 4 de Junho de 1975

⁹⁶AHD, PEA, nº462, 12 de Junho de 1975; AHD, PEA, nº469, 16 de Junho de 1975

⁹⁷João Hall Themido, *Dez Anos em Washington...*, ob. cit., p.192

⁹⁸Witney W. Schneidman, *Confronto em África...*, ob. cit., p.228

⁹⁹Helmut Schmidt, *Men and Power...*, ob. cit., p.168. A resposta do Chanceler da RFA a esta pergunta do Presidente dos EUA traduz bem a posição europeia acerca do problema dos Açores: «A Europa Ocidental aceitará a separação dos Açores se a situação em Portugal se tornar insustentável. Porém, na actualidade, esse não é o caso. Assim sendo, no presente, a declaração de independência dos Açores não terá justificação aos olhos da Europa Ocidental». *Ibidem*

Todavia, os registos e testemunhos existentes apontam para que a Administração norte-americana tenha não só optado por não apoiar o separatismo açoriano, como mesmo se esforçado para o conter, sobretudo a partir de Agosto de 1975.

Frank Carlucci é claro ao afirmar que «o governo dos EUA não apoiou o movimento independentista, apesar de haver algumas pessoas que o desejassem». E acrescenta: «eu eliminei essa ideia na CIA e no Departamento de Defesa. Falei com o Sub-Secretário de Estado da Defesa e disse-lhe que não o podiam fazer. Eles concordaram. Combati essa ideia e insisti com todos para que não aceitassem essa tese da independência dos Açores. Acordámos em seguir a minha posição».¹⁰⁰

No mesmo sentido vai o testemunho de Mário Soares: «O separatismo açoriano (...) foi mais sério, até pelas ligações mais do que seculares dos açorianos aos Estados Unidos. Houve tentativas para buscar apoios e estabelecer contactos políticos. Mas os Estados Unidos nunca hesitaram – honra lhes seja feita! – quer a Administração dos sucessivos Presidentes, quer o Congresso. Preveni-os contra tal tentação, desde a primeira vez que lá estive como Ministro dos Negócios Estrangeiros. Disse a Kissinger: “A única razão que nos poderia levar a abandonar a NATO (...) era se os Estados Unidos estivessem a apoiar e estimular o separatismo açoriano”. Nunca o fizeram, nem jamais tiveram essa intenção, há que o reconhecer!».¹⁰¹

Particularmente significativo a este respeito é o conteúdo de um telegrama enviado a 15 de Agosto de 1975 por Henry Kissinger para a sua Embaixada em Lisboa, instando-a a actuar no sentido de tentar conter os separatistas açorianos. Importa destacar que estas instruções surgiram na sequência de uma importante visita de Carlucci a Washington, que desenvolveremos posteriormente, e resultaram em larga medida da acção do Embaixador. Ainda merecedora de um sublinhado especial é a referência feita pelo Secretário de Estado no documento a Mota Amaral como representante da Frente de Libertação dos Açores. Escreveu Kissinger: «Apesar das declarações da FLA de que a ideia da independência dos Açores ganhou o seu próprio *momentum*, em quaisquer futuros contactos com Mota Amaral ou outro representante da FLA você deve instá-los fortemente a conterem-se nas suas actividades para dar à situação na Metrópole uma oportunidade de evoluir mais. Notamos que Soares e outros representantes do documento [dos Nove] com quem falou subscrevem a tese de que

¹⁰⁰Entrevista a Frank Carlucci, Washington DC., 26.10.2004

¹⁰¹Maria João Avillez, *Soares. Ditadura e Revolução...*, ob. cit., p.406

qualquer acção conducente à independência dos Açores terá efeitos desastrosos sobre os esforços anti-Gonçalves em Lisboa. O antigo Cônsul no Porto, Taylor, também acredita que tal acção vai prejudicar os esforços anti-PCP no Norte do País. O Embaixador Carlucci está a regressar com instruções para desencorajar, neste momento, qualquer acção da FLA em direcção à independência, o que iria complicar ainda mais o ambiente político em Portugal Continental».¹⁰²

Um sinal importante no mesmo sentido foi dado por Gerald Ford no mês seguinte a este telegrama ao aceitar receber na Casa Branca representantes da comunidade emigrante açoriana que lhe comunicaram a sua disponibilidade para renunciar à luta pela independência contra a garantia do fim da influência comunista no continente e da concessão de ampla autonomia constitucional.¹⁰³

Efectivamente, a solução final passou por uma ampla autonomia constitucional e recebeu a concordância de Washington. Como escreveu Medeiros Ferreira: «A presença do Embaixador norte-americano, Frank Carlucci, na sessão solene de abertura da Assembleia Regional dos Açores, significou a concordância de uma potência com a influência dos Estados Unidos no mundo atlântico com o ponto de equilíbrio encontrado entre Lisboa e os arquipélagos».¹⁰⁴

7. Os Serviços Secretos americanos em Portugal

Com o objectivo de recolher no terreno informações sobre a situação portuguesa, a *Defense Intelligence Agency* (DIA) enviou a Portugal uma missão dirigida por Wynfred Joshua, o *Defense Intelligence Officer* (DIO) responsável pelos assuntos europeus e soviéticos.

Joshua permaneceu no País de 1 a 4 de Junho de 1975, período durante o qual contactou com diversos elementos da Embaixada dos EUA e com o responsável diplomático do Brasil, o general Fontoura. No final elaborou um memorando para Vernon Walters com as suas conclusões acerca dos aspectos identificados como primordiais, tais como, a situação no MFA, os partidos políticos, o papel da URSS, as

¹⁰² «Outgoing Telegram, 194642, August 15, 1975», GFL, PCF, Caixa 11

¹⁰³ Marcelo Rebelo de Sousa, *A Revolução e o Nascimento do PPD...*, ob. cit., p.798

¹⁰⁴ José Medeiros Ferreira, *Portugal em Transe...* ob. cit., p.188. Importa sublinhar aqui a dificuldade que ainda existe em obter informações acerca das ligações entre os EUA e o separatismo açoriano, o que ficou especialmente demonstrado pela recusa do Departamento de Defesa e da CIA aos pedidos de desclassificação de documentos feitos ao abrigo do FOIA

relações de Lisboa com a NATO, a questão dos Açores e a evolução do processo político interno.¹⁰⁵

Sobre o Movimento das Forças Armadas, o DIO escreveu que este era ainda «o principal centro de poder em Portugal», mas estava «dividido em três grupos de poder delineados e representados no Conselho da Revolução, o seu órgão mais importante». O primeiro deles, a que chamou de «os moderados», tendia a «aglutinar-se à volta de Costa Gomes» e, «embora constituísse uma minoria no CR, era maioritário no conjunto das Forças Armadas»; segundo a informação transmitida pelo adido aeronáutico da Embaixada, Peter Blackley, «embora mais e mais moderados estivessem a ser removidos de posições de influência, estes constituíam ainda um reservatório de poder com que se podia contar para apoiar um líder moderado forte que estivesse preparado para exercer o poder». O então Presidente da República era o preferido para constituir esse potencial «líder moderado», contudo, as opiniões recolhidas eram contraditórias acerca da sua personalidade, indo desde «uma figura muito poderosa capaz de equilibrar entre a esquerda e os moderados, até alguém com muito pouca influência»; num extremo estava a avaliação do general Fontoura para quem «o papel de Costa Gomes tinha sido reduzido a virtualmente zero». Outros importantes elementos moderados identificados por Joshua eram Melo Antunes, Vítor Alves, Mendes Dias, Vítor Crespo, Galvão de Melo e Carlos Fabião, sendo que, segundo o Embaixador brasileiro, os dois primeiros eram «de entre os líderes moderados com alguma influência os únicos com quem se podia trabalhar com confiança», mas «estavam relegados para a periferia da estrutura do poder»; já sobre Carlos Fabião, inesperadamente identificado como moderado, pensava-se que «as suas declarações mais radicais se explicavam pela necessidade de estabelecer as “credenciais esquerdistas” em virtude de ter sido promovido recentemente a general de quatro estrelas». Tudo somado, os elementos militares da Embaixada norte-americana «defendiam que existiam ainda muitos oficiais moderados receptivos a trabalhar com os EUA e que não tinham simpatia pelo curso “esquerdista” de Portugal; porém, sintomaticamente, queixavam-se que «no quadro da direcção política [de Washington] tinham muito pouco oferecer-lhes», restando-lhes «o encorajamento verbal».

¹⁰⁵Os elementos da Embaixada dos EUA em Lisboa contactados por Wynfred Joshua foram: Peter Blackley (Defense/Air Attache), Charles Yerkes, Jr (Army Attache), Alexander Thomson (Naval Attache), Francis D. Jordan, Jr. (Asst. Air Attache), Edward Grubbs (Asst. Army Attache) Charles Ryan (Asst. Naval Attache), Herbert Okun (Deputy Chief of Mission). Além destes, o DIO falou ainda com Frank Corley, do COMIBERLANT

O segundo grupo identificado dentro do MFA era designado de “power seekers”. Alguns elementos desta ala tendiam a aglutinar-se em torno de Rosa Coutinho que, segundo as informações do DIO, «parecia estar logo a seguir ao Primeiro-Ministro na estrutura de poder» e era «um oportunista disposto a apoiar qualquer política ou facção que prometa fortalecer a sua própria posição de poder». Os restantes membros dos “power seekers” apoiavam «outro líder ambicioso», Otelo Saraiva de Carvalho, definido por vários diplomatas americanos como «anti-NATO e anti-EUA» e «o homem que orquestrou o ataque contra Frank Carlucci».

Finalmente, o terceiro grupo era o dos «radicais», sendo que «muitos estavam ideologicamente próximos dos comunistas» e outro «sublinhavam a identificação de Portugal com o Terceiro Mundo». De acordo com Joshua, esta ala era «em muitos assuntos dominante» e Vasco Gonçalves era «um dos seus elementos-chave», havendo em relação a ele «um acordo generalizado de que era um simpatizante do PCP, anti-Estados Unidos e anti-NATO». Ainda neste âmbito, a 5ª Divisão, «controlada pelo coronel Varela Gomes, da facção fortemente pró-comunista», era um dos «principais centros de poder» e o «elo de ligação entre o PCP e o MFA».

Na parte do memorando dedicada aos partidos políticos o DIO chegou a duas conclusões primordiais: primeira, que «as eleições não tiveram significado real»; segunda, que as «várias facções políticas estavam a movimentar-se no sentido de se armarem». Quanto ao Partido Socialista, que «havia demonstrado um maior nível de popularidade do que os outros partidos no sufrágio de Abril», havia quem pensasse, como era o caso do Embaixador brasileiro, «que tinha perdido a capacidade de provocar qualquer mudança significativa na situação política portuguesa»; a respeito do PS, mencionava-se ainda “o Caso *República*” e a subsequente cisão deste partido com os comunistas e os líderes do Governo Provisório. Relativamente ao PCP, que em «contraste com os socialistas mantinha um alto nível de visibilidade, particularmente em Lisboa», estava «activo como elemento de influência no MFA e no executivo»; além disso, mantinha «o controlo de muitas autarquias locais, meios de comunicação social e sindicatos». De acordo com as informações recolhidas por Joshua, a chave da influência do partido de Álvaro Cunhal estava na «cooperação com o MFA e no apoio ao seu programa desde o início», estando o líder comunista «consciente de que era através desta ligação aos militares que o PCP podia manter um nível de influência que, de outra forma, não lhe seria permitido»; porém, «alguns observadores da Embaixada

[dos EUA] pensavam que em algum momento, no futuro, o PCP e o MFA iam inevitavelmente entrar em conflito».

Particularmente relevantes eram os relatos obtidos acerca das relações de Álvaro Cunhal com Moscovo, que eram «muito boas», estando o Partido Comunista a beneficiar «da assistência financeira soviética – talvez entre 35 a 40 milhões de dólares no ano de 1974» - e da recolha das «receitas dos eventos culturais da URSS no País»; mas, apesar disso, Moscovo estava «aparentemente a deixar Cunhal dirigir o seu próprio *show* em Portugal». De resto, as opiniões da larga maioria das personalidades ouvidas durante a missão iam no sentido de uma actuação cautelosa por parte do Kremlin no contexto da revolução portuguesa; para alguns, «os soviéticos gostariam de ver Portugal deslocar-se para a sua órbita, mas estavam preocupados com a possibilidade deste desenvolvimento alarmar o Ocidente»; já outros iam ainda mais além e não só pensavam que a URSS «não queria que o PCP tomasse o poder, mesmo que isso fosse possível, com receio das repercussões à escala mundial», como o próprio Álvaro Cunhal «não pretendia tomar o controlo do Governo em Lisboa por saber que o partido não estava preparado para esta tarefa». Independentemente da real intenção de Moscovo, sabia-se que esta estava a «estabelecer tantos contactos quanto possível em diversos níveis de sociedade portuguesa»: «estava a desenvolver um programa cultural agressivo, estava a apoiar a modernização da obsoleta indústria de pesca portuguesa, estava a celebrar acordos ao nível da aviação civil, os navios mercantes soviéticos estavam a usar os portos portugueses, grupos comerciais da URSS estavam a deslocar-se a Portugal e vários elementos do Governo português estavam a ser convidados para visitar a União Soviética». Já o seu corpo diplomático em Lisboa desenvolvia uma actividade muito intensa, com o Embaixador Kalinine a ser «muito activo», a encontrar-se «regularmente com membros-chave do MFA» e a manter «uma linha telefónica directa com a sede do MDP/CDE».

Também as relações de Portugal com a NATO ocuparam um lugar de destaque no memorando elaborado pelo funcionário da *Defense Intelligence Agency*, sendo que, a este respeito, a opinião generalizada das personalidades contactadas ia no sentido de haver «um fraco entendimento do papel da Organização por parte dos oficiais do MFA», com muitos a julgarem que «a NATO ganha mais “em sair de Portugal” do que Portugal em sair da NATO»; apesar disso, havia informações de que não só «alguns líderes-chave - [Vasco] Gonçalves, [Otelio Saraiva] de Carvalho – se opunham à participação na Organização», como também «a comunicação social era bastante

hostil». Por estes motivos, «os portugueses estavam vulneráveis a uma campanha anti-NATO», não obstante o governo ter afirmado o seu «apoio à NATO» e «mantido os seus compromissos internacionais».

Igualmente primordial era a questão dos Açores, especialmente com o agravamento da situação no período em apreço, concluindo o DIO que «a ameaça de independência era séria». Todas as informações recolhidas apontavam para que Lisboa «ia enfrentar problemas» no arquipélago, desde logo pela sua incapacidade para «reunir uma força militar» capaz de intervir nas ilhas caso ocorresse um golpe local, dada a «falta de disciplina nas Forças Armadas». Por este motivo, entre os adidos militares da Embaixada dos Estados Unidos em Portugal «predominava a ideia de que uma declaração unilateral de independência dos Açores tinha hipótese de ser bem sucedida».

Finalmente, sobre a previsível evolução do processo político português, o DIO escreveu: «Todos os observadores defenderam – como o fez o Embaixador do Brasil – que Portugal estava inexoravelmente a avançar no caminho do socialismo. Todavia, para além deste ponto, as opiniões dividiram-se. Alguns pensam que, no melhor caso, haverá um Portugal do tipo Egipto *à lá Nasser*, sendo o modelo cubano a pior hipótese entre as mais prováveis; outros ainda defendem que o País tem uma boa chance de transitar para uma social-democracia de tipo Ocidental, particularmente se os norte-americanos e os europeus demonstrarem a sua preocupação activa e solidariedade com Portugal». Para que o segundo caso se tornasse uma realidade – um Portugal com um regime social-democrata de tipo Ocidental – vários aconselhavam que Washington «demonstrasse a sua boa vontade» e apoiasse Lisboa. Devia fazê-lo, desde logo, «cancelando o embargo de armas» ao País, mas também através de «um programa de ajuda militar que manteria abertas linhas de comunicação com os portugueses e aumentaria a influência dos EUA»; este auxílio militar devia passar pela oferta de equipamento, treino técnico às Forças Armadas portuguesas e pelo estabelecimento de uma brigada aerotransportada destinada a operar no seio da NATO.

Neste mesmo sentido iam as recomendações finais feitas por Wynfred Joshua: «o melhor conselho para os EUA consiste em usarem todos os meios de que ainda dispõe para tentar fortalecer a causa moderada em Portugal». Mas advertia: «o tempo está claramente a trabalhar contra os moderados e as oportunidades para os Estados

Unidos influenciarem a situação portuguesa é provável que diminua há medida que o tempo passa»¹⁰⁶

Para além do seu carácter inédito e do conteúdo das impressões expressas pelos elementos do corpo diplomático americano e brasileiro sobre a situação em Portugal, este documento tem ainda a importância de revelar o tipo mais comum das operações realizadas pelos serviços secretos dos Estados Unidos durante a revolução portuguesa: estas foram fundamentalmente missões de recolha, selecção e tratamento da informação no terreno. Na realidade, os poucos registos existentes apontam para que quer a CIA, quer a DIA, tenham optado por uma actuação de baixo perfil no País muito devido às consequências das revelações públicas do seu envolvimento no processo que levou Pinochet ao poder no Chile em 1973 que conduziram inclusive à constituição de uma comissão de investigação no Congresso.

Na já referida investigação desenvolvida por Tad Szulc, o autor concluiu que «ao longo do processo, Kissinger instruiu a *Central Intelligence Agency* para tentar o seu melhor através de operações clandestinas destinadas a apoiar a causa anti-comunista», mas «o papel desta Agência foi questionável». Também Frank Carlucci desvalorizou a importância da actuação destes serviços secretos em Portugal e acrescentou: «A imprensa gostava de afirmar que a CIA planeava e executava tudo, mas não era verdade. Eles faziam parte da equipa da Embaixada. Quando estive em Washington certifiquei-me que William Colby percebia quem estava no comando. Posso dizer que tudo o que a CIA fez foi sobre o meu comando. Qualquer acção que possa ter desenvolvido destinou-se apenas a apoiar a política dos EUA que era a de apoiar os elementos democráticos em Portugal. A CIA era parte da equipa [da Embaixada] e fazia o que eu lhe mandava».¹⁰⁷

Não obstante, segundo o que «informadores da Administração Ford altamente confiáveis» revelaram a Tad Szulc, «quer o *National Security Council* (NSC), quer o seu ultra-secreto *40 Committee* tiveram uma série de encontros em 1974 e 1975 para analisar a situação portuguesa», tendo o segundo organismo «aprovado um dado

¹⁰⁶Memorandum from The Defense Intelligence Officer for European and Soviet Political-Military Affairs for Gen. Vernon Walters, June 19, 1975, FOIA

¹⁰⁷Entrevista a Frank Carlucci, Washington DC., 26.10.2004. Noutra entrevista, Frank Carlucci referiu: «Na realidade eu concebi pessoalmente quaisquer programas de operações secretas que possam ter havido em Portugal. Disse-lhes desde o início que não precisava de saber fontes e métodos, mas precisava de saber tudo sobre os programas e o modo como eram implementados. Dei-lhes instruções estritas de não haver quaisquer contactos com a extrema-direita». Interview with Frank C. Carlucci, The Association for Diplomatic Studies and Training, Foreign Affairs Oral History Project, Georgetown University, December 30, 1996, p.4

número de operações da CIA em Portugal e Angola». A primeira reunião do *40 Committee* ocorreu em Setembro de 1974 não tendo sido «tomadas decisões de monta», contudo, o governo dos EUA «deixou em aberto a opção de ordenar operações secretas relevantes». Já em Abril de 1975, «o NSC reavaliou a situação e o *40 Committee* encontrou-se para determinar como os recursos da CIA podiam ser melhor utilizados em Portugal», mas, consciente das pressões sobre a Agência, «recomendou que a CIA se esforçasse com prudência e preferencialmente através de canais externos seguros por assistir os grupos anti-comunistas em Portugal, desde os socialistas até aos elementos de direita». Finalmente, na primeira semana de Agosto desse mesmo ano, Henry Kissinger «convocou o *40 Committee* para outra revisão das possibilidades de operações secretas da CIA (...) tendo sido «aprovados fundos adicionais para a CIA utilizar em Portugal».

Ainda de acordo com o mesmo autor, para além do auxílio às forças anti-comunistas, os serviços secretos americanos tiveram «extensos contactos com grupos do Norte de Portugal onde as sedes do PCP foram queimadas e destruídas por multidões em fúria», bem como com os movimentos defensores da independência dos Açores, porém, neste último caso, não houve «sinais conhecidos de encorajamento aos separatistas por parte da CIA e da DIA».¹⁰⁸

Para além da investigação desenvolvida por Tad Szulc e do testemunho de Frank Carlucci, podemos ainda encontrar um importante elemento para a melhor compreensão do papel dos serviços secretos dos EUA em Portugal durante a transição democrática no memorando de uma conversa privada ocorrida a 31 de Março de 1975 entre Henry Kissinger e altos dirigentes norte-americanos, tais como Dean Rusk, Cyrus Vance, George Shultz, Averell Harriman, Robert McNamara, David Rockefeller, George Ball, David Bruce, Larry Eagleburger e Josep Sisco.

O Secretário de Estado inaugurou a reunião mostrando-se «profundamente preocupado com a paralisia que os EUA estavam a infligir a si mesmos a uma escala global», escolhendo justamente o caso português para exemplificar os motivos da sua apreensão. Relativamente aos acontecimentos em Lisboa, manteve-se dentro da sua visão tradicional: «Sobre Portugal, nós temos um grupo de oficiais com ideias impossíveis de distinguir das dos comunistas, embora não sejam tecnicamente comunistas, que estão a dominar a cena política. As estruturas do poder são

¹⁰⁸Tad Szulc, «Lisbon & Washington»..., ob.cit., pp.4-37

essencialmente controladas pelos comunistas e eles estão a desenvolver um “colete de forças” sobre o País. (...) A NATO diz que as eleições têm que ser realizadas e que os comunistas não devem tomar o Governo. Por vezes pode-se estabelecer um conjunto de objectivos que, mesmo se realizados, são essencialmente ineficazes. Penso que as eleições vão ser realizadas, mas temos presentemente três partidos banidos e dois intimidados e, em qualquer caso, a Constituição está tão condicionada que o Movimento das Forças Armadas controla tudo. (...) Certamente que os acontecimentos em Portugal não estão ainda terminados. Os comunistas podem não tomar completamente o poder e mesmo assim o impacto em tudo que nós trabalhámos na Europa nos últimos 30 anos pode sofrer um cataclismo. Se eles forem espertos podem obter mais do que a tomada do poder. O que é que aqueles de nós interessados na Aliança Atlântica fazemos depois das eleições? Se tivermos um Governo não comunista actuando moderadamente, devemos forçar uma expulsão da NATO? Ou que outra coisa podemos fazer?».

Após esta avaliação profundamente pessimista da situação portuguesa, o Secretário de Estado queixou-se da incapacidade norte-americana para actuar em Portugal no sentido de reverter o curso dos acontecimentos, muito em particular da paralisia da CIA e do “40 Committee” em resultado dos ataques contra eles movidos pela imprensa após os acontecimentos do Chile e das audiências no Congresso sobre os serviços secretos: «Não sei o que podíamos ter feito se ainda tivéssemos uma CIA. Mas tudo o que aconteceu foi-nos revelado antecipadamente por dois Presidentes [Spínola e Costa Gomes] (...) Tinha sido nosso dever colocar este tipo de situação perante o 40 Committee. (...) Após os ataques sobre o episódio do Chile a CIA ficou efectivamente desmantelada. Callaghan disse-me que o Reino Unido não vai mais identificar as suas fontes quando nos transmitirem informações secretas pois consideram isso muito perigoso para as suas fontes. (...) Uma superpotência no mundo actual sem uma máquina de *intelligence* efectiva está em grandes apuros. Se as investigações no Congresso não chegarem rapidamente ao fim, vão ser desvendadas todas as operações secretas dos últimos vinte anos. Se elas forem tornadas públicas fora do seu contexto, isso vai conduzir à destruição de qualquer capacidade de realizar operações de *Intelligence*.

Referindo-se concretamente às acções secretas levada a cabo pelos EUA em Portugal, Kissinger foi bastante claro e duro: «O que aconteceu em Portugal podia muito bem ter acontecido mesmo com uma campanha massiva da CIA, mas nós

actuámos como crianças. Demos qualquer coisa como 10 mil dólares a um partido alemão que eles canalizaram para os portugueses. Infligimos um sério revés a nós próprios. Não houve quaisquer novas acções do *40 Committee* desde a emenda Ryan. (...) Nos últimos três meses não tivemos quaisquer encontros do *40 Committee*».

Ou seja, segundo as palavras do próprio Kissinger, a CIA teve um papel praticamente nulo em Portugal, limitando-se a dar «qualquer coisa como 10 mil dólares a um partido alemão», e o *40 Committee* praticamente nunca se reuniu para debater a revolução portuguesa, pelo menos até finais de Março de 1975.¹⁰⁹

8.O refluxo do processo revolucionário e as promessas de apoio norte-americano

No Verão de 1975 iniciou-se o refluxo do processo revolucionário na sequência da intensificação do contra-ataque das forças anti-comunistas que remeteram a aliança PCP-“gonçalvistas” para uma posição de minimização de perdas. Sintomaticamente, a partir da segunda metade de Julho, Henry Kissinger mostrou-se não só novamente disponível para apoiar as forças “moderadas” portuguesas, como empenhou-se mesmo em incentivá-las a agirem.

Antes porém, assistiu-se a mais um importante passo da deriva revolucionária com a Assembleia do MFA a aprovar o «Documento-Guia do Projecto de Aliança Povo-MFA», fazendo-o num primeiro momento na reunião de 8 de Junho e confirmando-o a 7 de Julho. Este defendia a instauração de um verdadeiro poder popular a partir da iniciativa das Assembleias de Unidades que, «através de sessões de esclarecimento e informação», incentivariam «numa primeira fase (...) o lançamento de Comissões de Moradores e Trabalhadores»; seguiam-se mais quatro fases no desenvolvimento do processo através da criação sucessiva das restantes estruturas do poder popular: Assembleias Populares Locais e Municipais (segunda fase); Assembleias Populares Distritais (terceira fase); Assembleias Populares Regionais (quarta fase); Assembleia Popular Nacional (quinta fase). Esta orgânica era completada com a definição do Conselho da Revolução como «órgão máximo da soberania nacional»; já os partidos políticos eram excluídos deste projecto pois «a sociedade socialista» só se alcançava «pela unidade», passando esta «pela independência de

¹⁰⁹«Memorandum of Conversation», March 231, 1975, NA, SDR, Entry 5177, Caixa 6. Sobre o financiamento das forças portuguesas que se opunham ao PCP pela CIA através de canais europeus ver o próximo capítulo

vinculação partidária», objectivo que era garantido através do acompanhamento do processo pelo MFA enquanto «movimento suprapartidário».¹¹⁰

Não obstante o «Documento-Guia» ultrapassar pela esquerda os “gonçalvistas” e o PCP estes apoiaram-no numa manobra táctica destinada a isolar as forças “moderadas”, sobretudo no seio militar, com os comunistas a fazerem publicar uma nota sublinhando a importância da organização do movimento popular: «a definição de formas de organização do movimento popular, marcando linhas gerais do seu desenvolvimento e da sua evolução, têm um extraordinário alcance para a consolidação do processo revolucionário e a definição da estrutura da futuro Estado democrático e socialista».¹¹¹

Em sentido contrário, o PS criticou duramente o documento, acusando-o de ser «contrário ao Programa do MFA e à Plataforma de Acordo Constitucional» e de constituir «um desprezo formal pela vontade popular expressa nas eleições de 25 de Abril»; indo mais longe, alertou o Movimento das Forças Armadas para um possível «divórcio entre o povo e o MFA» e acusou-o de pretender «a militarização da vida política».¹¹²

A aprovação do «Documento-Guia do Projecto Aliança Povo-MFA» também não passou despercebida aos serviços secretos norte-americanos que elaboraram um documento chamando a atenção do seu governo para o facto de a criação de várias estruturas organizativas do poder popular implicar que não ia «haver nenhum papel relevante para os partidos políticos» e que muito provavelmente o MFA tinha abandonado «o seu anterior compromisso de realizar eleições para uma Assembleia Legislativa». Além disso, para a CIA era claro que o texto surgia como um entendimento táctico entre o PCP e a extrema-esquerda, representando as Comissões aprovadas «um compromisso entre a estrutura de Comité preferida pelos Comunistas e aquela apoiada pelos esquerda ainda mais extremista»; de resto, segundo as informações da Agência, os comunistas «agiram rapidamente, anunciando o seu apoio às decisões da Assembleia» e afirmaram que iam levar a cabo um «intensivo esforço organizativo ao nível local».¹¹³

¹¹⁰Cit. em Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução...*, ob. cit., pp.551-53

¹¹¹*Idem*, p.556

¹¹²*Idem*, p.557

¹¹³CIA, Staff Notes, «Western Europe and Canada International Organizations», July 10, 1975. www.foia.cia.gov

A resposta ao «Documento-Guia» surgiu a 19 de Junho com o Plano de Acção Política (PAP), um documento apresentado como uma «tentativa de síntese» entre as três correntes do MFA. Deste modo, o PAP, após se referir ao MFA como «movimento de libertação do povo português» disposto a proceder a uma «descolonização interna», procurava satisfazer as reivindicações dos três principais grupos político-militares. Consequentemente, defendia «uma sociedade sem classes, obtida pela colectivização dos meios de produção», numa clara satisfação das pretensões dos “gonçalvistas”, bem como do PCP; sustentava «o pluralismo socialista», compreendendo «a coexistência, na teoria e na prática, de varias formas e concepções de construção da sociedade socialista», indo assim ao encontro dos “meloantunistas”, mas também de PS, PPD e CDS; advogava o poder popular ao afirmar a participação «do Povo Português na sua própria revolução» através do estabelecimento de «ligações com todas as organizações unitárias de base» cujos objectivos se enquadrassem «na concretização e defesa do Programa do MFA para a construção da sociedade socialista», considerando ainda que estas organizações constituíam «o embrião de um sistema experimental de democracia directa», abrangendo deste modo as reivindicações dos “otelistas” e da extrema-esquerda. O PAP procurou também um compromisso entre o poder militar e o político-partidário ao defender «a necessidade de um reforço da autoridade revolucionária do MFA», o que queria significar mais poder para o “Movimento”, mas sustentando ao mesmo tempo que os partidos políticos deviam «desempenhar durante a via de transição para o socialismo um papel altamente valioso, não só pela sua acção pedagógica de consciencialização e de mobilização das massas, mas também como veículos transmissores da expressão popular, auscultada sob várias formas, incluindo a via eleitoral»; já o papel da Assembleia Constituinte era esvaziado ao considerar-se que esta tinha «como exclusiva atribuição a missão patriótica de elaborar a Constituição Política da Nação Portuguesa, sendo-lhe vedada qualquer outro tipo de interferência na Vida Política ou Administrativa Nacional». Finalmente, no plano da política externa, procurou-se uma derradeira tentativa de síntese ao afirmar-se, simultaneamente, o respeito pelos compromissos internacionais e uma orientação baseada «na independência nacional» e na «contribuição para a Paz e Cooperação na Europa e no Mundo».¹¹⁴

¹¹⁴Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução...*ob.cit., p.552; António José Telo, *História Contemporânea de Portugal...*, ob. cit., p.136

Apesar das cedências feitas ao “gonçalvismo”, o PAP surgiu sobretudo como uma tentativa de aproximação dos militares “moderados” do MFA a Otelo, logo de isolamento de Vasco Gonçalves, a partir da desconfiança comum relativamente ao unitarismo do PCP. Por esta razão, dois dias depois o PS organizou uma manifestação de apoio ao documento e aproveitou a oportunidade para acelerar a sua estratégia de aproximação ao grupo de Melo Antunes com o intuito de encontrar aliados no MFA, tentar provocar divisões no seio do “Movimento” e quebrar a aliança «Povo-MFA» (leia-se, PCP-“gonçalvistas”).

De resto, não obstante o equilíbrio de poder no campo militar constituir o elemento decisivo para o resultado final do processo político português, o PS desempenhou uma vez mais um papel crucial na intensificação do contra-ataque das forças anti-comunistas e, logo, no início do refluxo do processo revolucionário. O pretexto para a escalada da ofensiva socialista surgiu apenas três dias após a Assembleia do MFA confirmar o «Documento-Guia» com o agravamento do “caso *República*”.¹¹⁵

Como referimos anteriormente, a 10 de Julho o jornal *República* voltou a ser publicado sob a direcção da Comissão Coordenadora de Trabalhadores e com o coronel Pereira de Carvalho no lugar de Raul Rego por decisão do CR. Nesse mesmo dia, o PS abandonou o Governo e passou à oposição, sendo seguido sete dias mais tarde pelo PPD.

No fundo, como confessou mais tarde Mário Soares, tratou-se de afirmar o resultado das eleições para a Assembleia Constituinte e cortar com o “gonçalvismo”, uma decisão já anteriormente equacionada mas à espera do momento certo para ser implementada; contou o líder socialista: «Á minha volta, sentia uma hostilidade e um radicalismo crescentes... Entre nós, socialistas, discutíamos a degradação da situação e recordo que nos interrogávamos: como pôr termo a este estado de coisas? A nossa primeira reacção foi a 2 de Maio, quando, sozinhos, enchemos as ruas de Lisboa. A partir daí – devido ao apoio popular que rodeara – vislumbrámos que poderíamos elevar o tom de voz porque estávamos a ser compreendidos e apoiados pelas massas populares. Talvez por isso, quinze dias depois, quando se deu o “caso *República*”, considerámo-lo um golpe intolerável, que não podia passar sem resposta. Entretanto,

¹¹⁵Recorde-se que o «Documento-Guia do Projecto Aliança Povo-MFA» foi aprovado na Assembleia do MFA de 8 de Junho e confirmado a 7 de Julho. Ver a este respeito António José Telo, *História Contemporânea de Portugal...*, ob. cit., p.136

várias vezes já, no PS, tínhamos discutido a eventualidade de sairmos do Governo. Passada a barreira das eleições (...) nada obstava a que o fizéssemos. Bem pelo contrário: aceitar permanecer no IV Governo seria acorrentarmo-nos a uma orientação política e social completamente oposta à nossa e, ainda por cima, ao arrepio da vontade popular expressa. A partir do momento em que as eleições se haviam realizado (...) estávamos em situação de cortar com o gonçalvismo e de fazer a nossa própria política».¹¹⁶

Um dia depois, Mário Soares enviou uma carta de demissão a Costa Gomes cujos aspectos mais significativos foram transmitidos imediatamente por Frank Carlucci para o Departamento de Estado; escreveu o Embaixador: «Na carta de demissão, Soares recorda a história do “caso *República*”, sublinhando não se tratar de uma disputa laboral “como os inimigos da liberdade pretendem demonstrar”. Soares realçou que o Presidente, de forma pessoal, bem como o Primeiro-Ministro e o Conselho da Revolução afirmaram que o problema ia ser resolvido de modo favorável à direcção do jornal (...) o que não foi cumprido. A carta afirma: “Quem controla o País em ultima análise, dado que o Conselho da Revolução, os mais altos níveis do Governo, não conseguem fazer-se obedecer ou ver as suas decisões respeitadas”. Estabelecendo um paralelo com o “caso *Renascença*”, a carta continua declarando que as coisas foram longe de mais e o “caso *República*” é apenas parte de um contexto mais vasto de “crise geral de autoridade do Governo, corroído por demagogia, irresponsabilidade e anarco-populismo”. E termina afirmando que “a vontade expressa pela esmagadora maioria do povo é diariamente desrespeitada ..., por minha parte, não posso continuar a pertencer a um Governo que não governa e que, todos os dias, na prática, abdica das suas responsabilidades... Não foi para isso que o povo deu um mandato inequívoco ao Partido Socialista ... Acredite, sr. Presidente, que compreendo bem a sua angustia e o seu drama pessoal. *Mas existe sempre um momento em que é necessário ter a coragem de dizer basta*».¹¹⁷

Indo ainda mais longe, o PS decidiu escalar a sua luta nas “ruas” contra o PCP, convocando os seus apoiantes para dois comícios a realizar no Porto e em Lisboa, respectivamente a 18 e 19 de Julho. Demonstrando a sua ascensão, os socialistas conseguiram reunir cerca de 50 mil pessoas no Estádio das Antas numa manifestação anti-PCP que contou igualmente com a participação de militantes de outros partidos

¹¹⁶Maria João Avillez, *Soares...*, ob. cit. p.438

¹¹⁷«Lisbon, 3933, July 11, 1975», FOIA. Em Itálico no telegrama

como o PPD e o CDS; no seu discurso Mário Soares concentrou os seus ataques justamente nos comunistas e na Intersindical: «Estamos aqui dezenas de milhar apesar dos boatos alarmistas desses irresponsáveis da Intersindical e dessa cúpula de paranóicos que é o Comité Regional do Norte do Partido Comunista».¹¹⁸ Já na Fonte Luminosa, em Lisboa, o Partido Socialista reuniu mais de 100 mil pessoas numa inequívoca prova de força que afirmou em definitivo a sua capacidade para enfrentar o PCP ao nível da mobilização popular, mesmo que contando com o apoio tático dos restantes partidos “democráticos” e de partes da extrema-esquerda;¹¹⁹ sintomaticamente, Mário Soares sentiu o terreno maduro para passar a uma nova fase do seu contra-ataque e exigiu publicamente a remoção de Vasco Gonçalves: «A situação portuguesa é de tal maneira grave, o ambiente requer tanto um Governo de salvação nacional e de unidade das forças populares, que nós dizemos aqui ao Presidente da República e ao Conselho da Revolução que o Primeiro–Ministro designado para constituir o V Governo Provisório não nos parece ser, neste momento, um factor de coesão e de unidade nacional. Portanto, dizemos-lhe, com a autoridade de sermos um partido maioritário na representação do povo português, que será melhor eles escolherem outra individualidade que dê mais garantias de apartidarismo real, para que possa formar um Governo de coligação nacional».¹²⁰

A prova de força dos socialistas nos comícios do Porto e Lisboa contribuiu para uma mutação psicológica no País, ganhando crescentemente peso a ideia de que os comunistas podiam ser derrotados. E esta convicção foi mesmo ampliada com o insucesso da tentativa do PCP de impedir as duas manifestações através da mobilização dos seus militares para, à semelhança do ocorrido a 28 de Setembro de 1974, erguerem barricadas à entrada das duas cidades e assim impedirem o acesso das populações.

A 14 de Julho, o Comité Central do partido de Álvaro Cunhal divulgou uma nota imputando ao PS a intenção de levar a cabo «novos projectos de marchas sobre Lisboa» e lançou um apelo de significado claro aos seus militantes: «é necessário que os

¹¹⁸Cit. em Boaventura de Sousa Santos, *O Pulsar da Revolução...*, ob. cit. p.232

¹¹⁹A este respeito escreve Freitas do Amaral nas suas memórias: «na Alameda, no Sábado, 19 de Julho, o PS não esteve sozinho: ali acorreram em massa, juntamente com as bases socialistas, outros tantos militantes do PPD, do CDS e de muitos pequenos partidos, inclusive da extrema–esquerda, que também sentiam o perigo da hegemonia do PCP, além de milhares de cidadãos anónimos sem filiação partidária, mas amantes da liberdade ou, pura e simplesmente, anti-comunistas». Freitas do Amaral, *O Antigo Regime...*, ob. cit., p.406

¹²⁰Cit. em Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução...*ob.cit., p.599. Segundo Mário Soares, o comício da Alameda assinalou «o princípio do fim de Vasco Gonçalves». Maria João Avillez, *Soares...*, ob. cit. p.457

trabalhadores, as massas populares, todos os revolucionários, estejam vigilantes e se unam e organizem para cortar o passo a quaisquer aventureirismos contra-revolucionários». ¹²¹ E quatro dias depois, Álvaro Cunhal reiterou este apelo afirmando num comício da Juventude Comunista realizado no Pavilhão dos Desportos: «Não podemos subestimar os perigos que sobre nós pesam. Se conseguirmos impedir a marcha sobre Lisboa, mesmo que se realize uma grande manifestação das direitas, como é previsível, poderemos ter ultrapassado uma curva apertada da estrada revolucionária em Portugal». ¹²²

Todavia, ao contrário do que havia acontecido no 28 de Setembro, as barricadas erguidas pelo PCP e a Intersindical na madrugada de 18 para 19 de Julho à entrada de Lisboa não foram capazes de travar a mobilização popular e impedir o sucesso dos comícios do partido socialista. Como escreveu Josep Sánchez Cervelló, «a partir desse dia o PCP perdeu o controlo absoluto da rua e a sua hegemonia começou pouco a pouco a decrescer». ¹²³

Esta intensificação do contra-ataque socialista foi preparada pelo PS que antes de colocar em prática a sua decisão de passar à nova fase da luta contra o processo revolucionário liderado por PCP e “gonçalvistas” procurou apoios entre os seus potenciais aliados, internos e externos. Neste sentido, não só estabeleceu contactos discretos com os restantes partidos “democráticos”, com a Igreja Católica, com os militares moderados do MFA e mesmo com sectores da direita radical e da extrema-esquerda, como se articulou com os seus principais apoios internacionais, nomeadamente com os EUA e a Europa Ocidental.

A respeito da dimensão interna do processo de conquista de apoios por parte do Partido Socialista, existiram contactos discretos entre Mário Soares e o Cardeal Patriarca D. António Ribeiro onde se falou de apoio nas iniciativas contra o “gonçalvismo” e na sequência dos quais «muitos padres passaram a apelar nos sermões para que os católicos participassem nas manifestações do PS»; além disso foram estabelecidas ligações com o MRPP, através de Arnaldo de Matos, com o PPD e o CDS e mesmo com sectores ligados ao MDLP e ao ELP. Mas mais importante de tudo,

¹²¹ «Nota Sobre a Actual Situação no País», 14 de Julho de 1975, em *Documentos Políticos do Partido Comunista Português, Documentos Políticos do Comité Central do PCP*, Edições Avante!, 1976, p.42

¹²² Álvaro Cunhal, «Discurso no Comício da UJC no Pavilhão dos Desportos em Lisboa», 18 de Julho de 1975, em *Documentos Políticos do Partido Comunista Português, A Crise Político-Militar*, Edições Avante!, 1976, p.112

¹²³ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa...*, ob. cit., p.236

foram igualmente desenvolvidos eles entre elementos do PS e os militares “moderados”, nomeadamente Vasco Lourenço, Vítor Alves e Ramalho Eanes.¹²⁴

Já ao nível externo, para além das referidas ajudas europeias no contexto da internacionalização do “caso *República*”, o Partido Socialista contou com o apoio da Embaixada dos EUA em Portugal na sua decisão de abandonar o Governo Provisório, tendo agido em articulação com Frank Carlucci ou, no mínimo, em contacto próximo. De resto, Herbert Okun não só confirmou a existência desta ligação prévia, como foi mesmo mais longe ao afirmar que os norte-americanos instaram o PS a abandonar o executivo liderado por Vasco Gonçalves. Afirmou ele: «Nessa altura, lancei a *one man campaign*, para a qual obtive o apoio e a aprovação de Carlucci. Expliquei-lhe que a única razão pela qual o PCP parecia forte era porque pertencia à coligação governamental, ou seja, tinha acesso à maquinaria do Governo. Lançámos a campanha com o Mário [Soares] e instámos a rotura da coligação. Isso aconteceu na primeira semana de Julho».¹²⁵

De acordo com um telegrama enviado por Kissinger para Carlucci a 19 de Julho, o PS não se limitou nesta ocasião a procurar auxílio político de Washington, tendo mesmo chegado a solicitar apoio militar, o que foi no entanto recusado. O conteúdo do documento elaborado pelo Secretário de Estado era claro a este respeito: «Você fez bem em contrariar as recentes propostas dos socialistas e outras fontes relativamente a apoio militar. Haverá outras maneiras, tal como assistência económica, através das quais poderemos actuar de forma a fortalecer os moderados do MFA caso eles ajam agora, como me parece que devem fazê-lo».¹²⁶ E segundo afirmou Frank Carlucci num encontro realizado já em Setembro de 1975 entre altos funcionários dos ministérios responsáveis pela política externa dos Estados Unidos, RFA, Reino Unido e França, o Partido Socialista solicitou concretamente aos Estados Unidos o fornecimento

¹²⁴António José Telo, *História Contemporânea de Portugal...*, ob. cit., p.137. Sobre os contactos entre o PS e a Igreja Católica Mário Soares referiu a Maria João Avillez: «Esse diálogo fora aliás iniciado, como lhe referi, um ano antes, com as minhas visitas ao Núncio Apostólico e ao Cardeal Patriarca de Lisboa. (...) Mais tarde, voltei a ter contactos mais estreitos com a hierarquia através da Maria de Lourdes Pintasilgo, católica praticante que, por mais de uma vez, me pôs em contacto com o Senhor Cardeal, através de entrevistas totalmente confidenciais, ou secretas, se quiser. (...) [As entrevistas] ocorreram normalmente num lar de religiosas situado perto do Largo das Duas Igrejas, no Chiado, em pleno centro de Lisboa. (...) Batia à porta, as religiosas sabiam que eu era esperado. Lá dentro, D. António Ribeiro aguardava a minha chegada. Conversávamos sobre a situação política, sobre o país. Eu pedia-lhe apoio, pedia-lhe que, através das diversas organizações religiosas, das missas, dos sermões, dos padres, a Igreja apelasse a que as pessoas estivessem presentes nas nossas manifestações. Tratou-se de um apoio vital. Por si só, os socialistas jamais poderiam ter tido centenas de milhares de pessoas mobilizadas nas ruas...», Maria João Avillez, *Soares...*, ob. cit., p.450

¹²⁵Entrevista Herbert Okun, New York, 3.3.2006

¹²⁶«Outgoing Telegram, 170880, July 19, 1975, GFL, PCF, Caixa 11

de armas. Na reunião, o Embaixador americano começou por defender o auxílio aos partidos políticos democráticos através do fornecimento de armas, como contraponto à ajuda que o PCP estava a receber nesse campo da URSS: - «o uso da violência por facções políticas em Portugal está longe de ser uma contingência remota. Existe uma milícia armada do PCP, o que dá a esse partido uma considerável vantagem na corrente luta em Portugal. Talvez, deva ser dada aos partidos moderados uma vantagem semelhante». E questionado pelo Embaixador do Reino Unido em Washington, Ramsbotham, se «os socialistas tinham pedido armas», Carlucci respondeu afirmativamente.¹²⁷

Três dias depois da decisão do PS de abandonar o Governo Provisório e passar à oposição assistiu-se ao início da vaga anti-comunista que dominou o Norte e Centro do País durante o chamado «Verão Quente» e que foi desencadeada por sectores difusos da sociedade portuguesa, desde a população católica até os grupos de direita e extrema-direita como o «Movimento Maria da Fonte», o MDLP e o ELP.

Para este desenvolvimento foi decisiva a mudança de atitude da Igreja Católica face à revolução na sequência do agravamento do “caso *Renascença*”. Não por coincidência, a luta contra o PCP e os partidos próximos dele neste âmbito materializou-se em grandes manifestações de católicos que protestavam contra a tentativa de controlo da *Rádio Renascença*, contra os ataques ao episcopado e, em geral, contra a revolução preconizada por Álvaro Cunhal e os “gonçalvistas”, tendo a primeira destas demonstrações ocorrido em Aveiro, a 13 de Julho, e contado com o apoio directo da diocese local. Seguiram-se muitas outras acções semelhantes em Viseu (20 de Julho), Bragança (27 de Julho), Famalicão e Coimbra (3 de Agosto), Braga e Lamego (11 de Agosto), Braga e Vila Real (24 de Agosto).¹²⁸

Paralelamente, arrancou a uma série de operações diversificadas, como assalto e destruição das sedes e centros de trabalho do PCP, bem como do MDP, da FSP do MES, incêndios, agressões a militantes e, num extremo, atentados bombistas, muitas delas ocorridas logo após a realização das manifestações de apoio à hierarquia eclesiástica. Não obstante a existência de registos anteriores, esta escalada anti-comunista começou em Rio Maior, a 13 de Julho, tendo-se seguido 43 assaltos a sedes dos comunistas ainda esse mês e 52 em Agosto.¹²⁹

¹²⁷ «Memorandum of Conversation», September 16, 1975, FOIA

¹²⁸ Boaventura de Sousa Santos, *O Pulsar da Revolução...*, ob. cit. pp.228-52

¹²⁹ António José Telo, *História Contemporânea de Portugal...*, ob. cit., p.139

Este tipo de operações foi sobretudo organizado pelo «Movimento Maria da Fonte» e contou com o apoio da Igreja nortenha. De acordo com a investigação desenvolvida por Eduardo Dâmaso, Paradela de Abreu entrou clandestinamente em Portugal em meados de Julho, contactou com D.Francisco, Arcebispo Primaz de Braga, entregou-lhe uma carta de Jorge Jardim e convenceu-o a apoiar o «Plano Maria da Fonte» que a partir dessa data se organizou em torno das dioceses e paróquias do Norte do País com relevo para o papel desempenhado pelos cónegos Eduardo Melo (Braga), Ruiivo (Bragança), Aníbal (Lamego) e Galamba (Leiria).¹³⁰

O aspecto mais importante desta vaga anti-comunista no Norte e Centro do País consistiu no efeito que gerou nas Forças Armadas, em geral, e na ala “moderada” do MFA, em particular, temendo-se que a crescente violência pudesse provocar uma guerra civil ou um golpe de força por parte da chamada contra-revolução. A prova deste receio foi o conjunto de contactos estabelecido por militares com o MDLP, organização na qual se incorporou o «Movimento Maria da Fonte», tais como Pinheiro de Azevedo, Vítor Alves e Ramalho Eanes.¹³¹ A este respeito, Vítor Alves não só confirmou ter tido uma reunião com Alpoim Calvão e o cónego Melo em casa de Valentim Loureiro, como afirmou que o fez mandatado pelo MFA com o propósito de os persuadir a pararem com a vaga de assaltos e destruição das sedes do PCP pois isso prejudicava o esforço de normalização do País que os “moderados” do Movimento das Forças Armadas estavam a tentar levar a cabo.¹³²

Deste modo, em simultâneo com a intensificação do contra-ataque do PS e a vaga anti-comunista, assistiu-se ao início do extremar dos conflitos no seio do MFA, com a ala “meloantunista a passar decisivamente ao ataque contra a aliança “PCP-gonçalvistas”, num processo que conheceu os seus momentos mais significativos na publicação do “documento dos Nove” e na Assembleia de Tancos e que foi responsável pela mudança na balança de poderes ao nível das Forças Armadas e, logo, decisivo para o resultado final do processo revolucionário em curso.

O primeiro passo foi dado a 23 de Julho, data em que Vasco Lourenço fez aprovar na reunião dos Delegados da Arma de Infantaria da EPI de Maфра uma moção defendendo, entre outros pontos, «a dissolução da 5ª Divisão» e a não inconveniência «na substituição do Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves». Apenas um dia depois, o

¹³⁰Eduardo Dâmaso, *A Invasão Spínolista*, Lisboa, Edições Fenda, 1997

¹³¹*Idem*, pp.75 e 93-98

¹³²Entrevista a Vítor Alves, Lisboa, 29.10.2006

mesmo militar apresentou na Assembleia dos Delegados do Exército a mesma moção e analisou «a figura e o comportamento “revolucionário” de Vasco Gonçalves, deixando bem claro que a sua presença não era imprescindível à condução do processo revolucionário». Ainda na mesma data, reuniram-se alguns elementos do futuro “grupo dos Nove” para discutir a atitude a tomar na Assembleia do MFA do dia seguinte, decidindo não comparecer ao evento e apresentar um documento subscrito por Melo Antunes, Vasco Lourenço, Vítor Alves, Costa Neves e Canto e Castro para ser lido durante aquele encontro do Movimento das Forças Armadas; foi ainda decidido enviar mensagens individuais a Costa Gomes a explicar os motivos das decisões.¹³³

No dia 25 de Julho realizou-se a Assembleia do MFA que ficou marcada pelas intervenções antagónicas de Costa Gomes e Vasco Gonçalves e pelos avisos do Presidente da República sobre o ritmo da revolução e os perigos da hostilização do Ocidente. Segundo o Chefe de Estado, Lisboa era «um microcosmo político» que projectava «um círculo de agitação e ansiedade na cintura industrializada» e havia o risco do resto do país «perder a ligação com a frente da coluna»; além disso o processo revolucionário tinha «um ritmo muito concreto», a «quase totalidade do povo» já não estava com a revolução e havia o risco de «rupturas com forças internas e externas». De resto, uma das preocupações de Costa Gomes residia justamente na reacção internacional aos avanços da revolução pois Portugal tinha «em relação ao Ocidente, sobretudo à Europa, extremas vulnerabilidades»; desde logo o comércio externo dependia «mais de 80 por cento do Ocidente», depois havia «fora do País cerca de três milhões de emigrantes e colonos», existia ainda «nos EUA e no Canadá cerca de um milhão e meio de açorianos e madeirenses». Assim, «uma manobra ocidental concertada, de redução das trocas comerciais e de devolução dos emigrantes» era «uma ameaça real» para a qual não havia «qualquer resposta válida» e impunha que «a Independência Nacional» não pudesse «ser conseguida a curto prazo por qualquer via de hostilização do Ocidente». E o Presidente avisava a finalizar que o avanço do processo político interno só era concebível quando «o centro de gravidade político-económico» se situasse numa área onde se anulassem «os campos de força dos grandes poderes mundiais».¹³⁴

Esta mudança no discurso de Costa Gomes reflectia a viragem que estava em curso no processo revolucionário e nem a reacção dos comunistas e “gonçalvistas” com

¹³³José Gomes Mota, *A Resistência...*, ob. cit., pp.104-6

¹³⁴*Idem*, pp.110-12

a criação do Directório composto pelo Presidente da República, o Primeiro-Ministro e o comandante-adjunto do COPCON, primeiro, e a tentativa de sanear Jaime Neves da liderança do Regimento de Comandos, depois, foi suficiente para reverter a balança de poderes, agora claramente desfavorável à aliança Álvaro Cunhal-Vasco Gonçalves.

Sintomaticamente, por esta ocasião, assistiu-se a uma alteração da atitude do governo norte-americano relativamente a Portugal, com Henry Kissinger a abandonar a sua perspectiva da “vacina” e a prometer apoio às forças “moderadas” internas caso elas decidissem agir. Isso mesmo foi transmitido pelo Secretário de Estado a Arthur Hartman durante uma interessante conversa telefónica ocorrida a 17 de Julho:

«Kissinger: - Pode fazer chegar uma mensagem a Carlucci? Não estamos em Portugal a tentar receber o prémio para procedimentos democráticos. Costa Gomes percebe que se agir nós vamos apoiá-lo?

Hartman: - Bem...

Kissinger: - Sim ou não?

Hartman: - Com base no que temos visto não posso dizer-lhe.

Kissinger: - Estamos a fazer alguma coisa nesta crise ou estamos apenas a “papaguear” e a pensar ... em procedimentos.

Hartman: - Não. Estamos a falar em conceder apoio público

Kissinger: - Estamos a falar. E o que estamos a fazer?

Hartman: - Não sei o que ele [Carlucci] está a fazer. Está a falar com eles ...

Kissinger: - Mas o que está a dizer?

Hartman: - Está a dizer-lhes que devem apoiar os elementos democráticos.

Kissinger: - Querendo isso dizer o quê?

Hartman: - Querendo dizer [Mário] Soares e o PPD. E também promovendo os oficiais moderados e expulsando Vasco Gonçalves

Kissinger: - Com quem está ele a falar?

Hartman: - Ele teve uma conversa com [Melo] Antunes e falou com algumas das pessoas que estão no Governo...

Kissinger: - Para mim, Soares e o PPD são uma “chatice”. Queremos que os moderados ... prevaleçam.

Hartman: - Certo. É isso que eles estão a tentar fazer.

Kissinger: - Queremos ter, imediatamente, uma descrição precisa de Carlucci sobre o que está a fazer. Você vai dizer-lhe que espero que ele esteja a fazer todos os possíveis para que Costa Gomes e [Melo] Antunes percebam que vamos apoiá-los nos seus

esforços para impor uma direcção mais moderada. Queremos que eles façam isto com tanto tacto quanto possível.

(...)

Hartman: - Certo.

Kissinger:- Ele [Carlucci] não está lá a dar aulas de Ciência Política?

Hartman: - Não

Kissinger: - Ele ... isso não está para além das suas capacidades, pois não?

Hartman: - Não, excepto que ele não é realmente um cientista político, ele é um operacional

Kissinger: - Um operacional, mas para quem?

Hartman: - - Ele é um tipo muito prático e penso que está um pouco na dúvida acerca de alguns militares, mas creio que Antunes é ... (cortado no original)

Kissinger: - Concordo. (...) A única maneira de ter a certeza é deixar alguém ganhar e ver o que faz.

Hartman: - Há, neste momento, um perigo – se eles conseguirem “correr” com [Vasco] Gonçalves já – eles estão num horrível aperto económico...

Kissinger: - Mas depois [da queda de Vasco Gonçalves] nós vamos ajudá-los

Hartman: - Sim, mas é uma situação muito má

Kissinger: - Art, se nos virmos livres de [Vasco] Gonçalves, eu encarrego-me desse problema

Hartman: - Ok

Kissinger: - Não me preocupo com esse problema. Se nos virmos livres de Gonçalves e a sua gente, eu próprio encarrego-me da situação económica.

Hartman: - Concordo, é aí que nós entramos. O grupo que o vai suceder vai ter teorias tão loucas quanto Gonçalves, mas têm estado numa melhor orientação política.

Kissinger. - Ótimo. Pelo menos as coisas vão estar um pouco mais fluidas (...).

Hartman: - E vai haver cada vez menos ligação aos comunistas.

Kissinger: - Isso mesmo. E se pudermos levar os comunistas a movimentarem-se, podemos conseguir esmagá-los.

Hartman: - Bem, eles estão agora nas ruas.

Kissinger: - Quem? Os comunistas?

Hartman: - Quer os comunistas, quer os socialistas. E aquele tipo, [Otelo Saraiva de] Carvalho, que se distanciou um pouco de [Vasco] Gonçalves no outro dia o que parece

que pode ser útil para os moderados no final, mas penso que ele [Otelo] quer o poder a um dado momento.

Kissinger: - Bem, nós vamos agora ajudar os moderados.¹³⁵

Percebe-se então que Henry Kissinger estava agora não só disposto, como mesmo empenhado, a apoiar os “moderados” em Portugal; e tinha dois objectivos muito claros e significativos: “livrar-se” de Vasco Gonçalves e levar os comunistas a movimentarem-se para «esmagá-los».

Neste contexto, num gesto sem precedentes até à data, logo após a conversa telefónica com Arthur Hartman, o Secretário de Estado chamou o Embaixador soviético em Washington, Dobrynin, ao Departamento de Estado para avisar que o envolvimento do Kremlin em Portugal punha em causa a *détente* Leste-Oeste. Começando por referir que os EUA tinham «assinalado, e aprovado, a cautela com que o governo da União Soviética tinha tratado os eventos políticos em Portugal», Kissinger afirmou-se «perplexo com a mudança de atitude reflectida nos recentes comentários publicados na imprensa», em concreto nos artigos incluídos nos jornais *Izvestiya* e *Pravda*, de 15 e 16 de Julho; e avisou o Kremlin: «Estamos a fazer o máximo esforço para manter o progresso contínuo da *détente*. Uma atenção particular está agora naturalmente colocada na Conferência da CSCE, de 30 de Julho, em Helsínquia. Quero recordar a delicadeza do presente momento da história europeia. A intervenção soviética nos desenvolvimentos portugueses não servirá o curso para o qual todos estamos a trabalhar, mas serve em vez disso para travar o movimento nessa direcção».¹³⁶

Simultaneamente, o responsável pela política externa dos EUA instruiu o seu Embaixador em Lisboa para se encontrar com Melo Antunes e transmitir-lhe que era agora «tempo de agir» e que se os moderados actuassem «de modo a diminuir a influência dos elementos comunistas» iam «ter o apoio dos Estados Unidos», podendo esta «revestir-se de várias formas, tais como ajuda económica».¹³⁷

O militar português respondeu ao recado, através de Carlucci, a 22 de Julho: «não desistimos. Reconhecemos a importância da crise e pretendemos lutar até ao fim. (...) Os próximos vinte dias, ou perto disso, vão determinar se Portugal se torna uma ditadura comunista pró-soviética ou opta por um sistema democrático. (...) Eu e os meus colegas, que não são poucos em número, estamos preparados para lutar

¹³⁵Kissinger's Telecons, July 17, 1975. <http://foia.state.gov/searchcolls/collsearch.asp>

¹³⁶«Memorandum of Conversation», sd, FOIA

¹³⁷«Lisbon, 4127, July 22, 1975, GFL, PCF, Caixa 11

duramente por uma democracia pluralista. (...) Dêem-nos um mês e vão saber se fomos bem sucedidos». E apelou a um auxílio concreto aos “moderados” pois «os comunistas estavam tecnicamente melhor equipados» e «os Estados Unidos e os seus aliados deviam estar preparados para concederem uma ajuda económica substancial a Portugal». ¹³⁸

¹³⁸*Ibidem*